

Inspired by water..



Relatório e Contas

2016

Índice

I. Relatório de Gestão.....	3
II. Relatório do Conselho de Administração - Contas individuais.....	4
Nota do Presidente	4
1. Principais indicadores.....	5
2. Envolvente económica e desempenho.....	6
3. Evolução da atividade ao longo do exercício de 2016	7
4. Análise económica e financeira 2016.....	9
5. Perspetivas para o exercício de 2017	12
6. Investigação, Desenvolvimento e Inovação	15
7. Marketing	17
8. Capital humano.....	19
9. Política de Dividendos	20
10. Proposta de aplicação de resultados	21
11. Proposta de comparticipação nos Lucros ao Conselho de Administração	21
12. Sector Público Estatal.....	21
13. Agradecimentos.....	22
Anexo ao Relatório do Conselho de Administração	23
III. Demonstrações financeiras – Contas Individuais.....	24
IV. Anexo às Demonstrações Financeiras – Contas individuais	28
V. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal – Contas Individuais	60
VI. Certificação Legal de Contas – Contas Individuais	61
VII. Relatório do Conselho de Administração – Contas Consolidadas.....	64
VIII. Demonstrações financeiras consolidadas.....	70
IX. Anexo às Demonstrações financeiras consolidadas	74
X. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal – Contas Consolidadas	100
XI. Certificação Legal de Contas – Contas Consolidadas	101

I. Relatório de Gestão

Nos termos do disposto nos artigos 65º e 66º do Código das Sociedades Comerciais apresentamos, com referência ao exercício económico de 2016, o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras da sociedade Oliveira & Irmão, SA, com sede na Travessa do Milão, Freguesia de Esgueira, Concelho de Aveiro, pessoa coletiva n.º 500.578.737, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Aveiro sob o mesmo número, com o capital social integralmente realizado no valor de 10.000.000 euros, a que correspondem 2.000.000 ações, no valor nominal de 5 euros cada.



www.oli-world.com

II. Relatório do Conselho de Administração - Contas individuais

Nota do Presidente

Estou convicto que o ano de 2017 será (mais um) ano de surpresas!

O mundo está menos previsível e a experimentar mudanças, com novos protagonistas e novos protagonismos (alguns dos velhos protagonistas de quase sempre)...

A Europa está suspensa de um calendário eleitoral de resultados (im?)prováveis, a necessitar de reformas esclarecidas, embora com alguns a apostar fortemente na sua “desconstrução”, que, a acontecer, trará pobreza, incerteza e perda de escala para os países europeus, mesmo os grandes. Como contrapartida (e, antes, como causa) apenas o aumento de protagonismo de alguns, embora não necessariamente os melhores.



Portugal vai surpreendendo o mundo ao percorrer, com algum sucesso, o difícil caminho das pedras, num equilíbrio, tão difícil quanto improvável, sobre tantos pontos de vista (económica e politicamente, interna e externamente).

Nós, na nossa empresa, continuamos, a cada dia, a fazer o necessário esforço (que se tem revelado apto) para nos adaptarmos a todas as mudanças e tentamos aprender a gerir com a imprevisibilidade do mundo e dos negócios.

Este ano consolidaremos mais um ciclo de mudanças (organizacionais, funcionais e na gestão dos mercados). Estamos convictos que conseguiremos continuar a controlar o tempo e oportunidade destas mudanças e levar a bom porto a transformação da empresa, preparando-a para um futuro conjunturalmente incerto, pleno de ameaças e oportunidades. Passe o lugar-comum, esperamos conseguir transformar as ameaças em oportunidades.

1. Principais indicadores

EUR

Rubrica	2015	2016	Var. 2016/2015	
			Valor	%
Volume de negócios	46 116 416	49 198 159	3 081 743	6.7%
Margem Bruta	24 716 078	27 739 406	3 023 328	12.2%
% Volume de negócios	53.6%	56.4%	2.8pp	
Ebitda	6 586 906	9 130 057	2 543 151	38.6%
% Volume de negócios	14.3%	18.6%	4.3pp	
Ebit	3 909 403	5 393 840	1 484 438	38.0%
% Volume de negócios	8.5%	11.0%	2.5pp	
Resultado líquido	3 462 934	4 543 859	1 080 925	31.2%
% Volume de negócios	7.5%	9.2%	1.7pp	
Resultado líquido por ação	1.73	2.27	0.54	31.2%
Cash-Flow	6 963 829	8 336 445	1 372 616	19.7%
% Volume de negócios	15.1%	16.9%	1.8pp	
Capital próprio	27 136 253	31 104 022	3 967 768	14.6%
Autonomia financeira	47.1%	52.2%	5.1pp	
Passivo	30 528 419	28 480 895	-2 047 525	-6.7%
Solvabilidade	0.89	1.09	0.20	22.9%
Endividamento líquido	16 945 076	15 661 173	-1 283 903	-7.6%
Endividamento líquido / Ebitda	2.6	1.7	-0.9	-33.3%
Número empregados	370	373	3	0.8%

O relativamente bom desempenho das nossas vendas, tendo sido resultado e consequência do esforço que continuámos a fazer para melhorar as nossas quotas de mercado e o posicionamento, teve, também, como fator favorável, o melhor clima económico na maioria dos nossos mercados.

3. Evolução da atividade ao longo do exercício de 2016

Distribuição nacional e PALOP's

As vendas deste processo (que incluem as vendas em Portugal e PALOP's das mercadorias que compramos e dos produtos que fabricamos) representaram 19,2% do total das vendas da empresa, fruto duma diminuição em valor absoluto (diminuição de 3%, correspondentes a 281.000€ em valor)

Analisando a desagregação por famílias, constatamos um ligeiro aumento dos produtos fabricados (na ordem dos 2%) e, nestes, merece destaque o aumento de cerca de 13% dos autoclismos interiores.

A atividade comercial pura (compra e venda) teve uma diminuição de cerca de 10%, com origem em vários fatores, como segue

- diminuição das vendas para os PALOPs
- diminuição das vendas da família banho e aquecimento na distribuição moderna
- diminuição das vendas de aquecimento, por razões de mercado
- aumento significativo (cerca de 45%) das vendas de tubagens da nossa associada Valsir.

As vendas em Portugal tiveram um aumento de cerca de 2% e as vendas para os PALOP's tiveram uma quebra significativa, fruto dos problemas económicos e financeiros daqueles mercados, onde Angola assume uma grande responsabilidade.

Exportação e vendas a cerâmicas nacionais

As vendas deste processo tiveram um bom desempenho, com um crescimento de 7%. As vendas de produtos industriais às cerâmicas nacionais tiveram um crescimento de 5%. A exportação de produtos industriais apresentou um bom desempenho, mais ou menos generalizado em todas as regiões e mercados.

Em termos regionais, a Europa Ocidental (incluindo Portugal) continua a manter um peso de cerca de 65% das nossas vendas, mas verificou-se um crescimento em valor e em percentagem dos países da Europa do Norte (Alemanha, Escandinávia e Reino Unido).

A Europa Central e do Leste perderam valor e, conseqüentemente, peso, embora por razões diversas, passando a representar cerca de 9% das vendas

A África e Medio Oriente mantiveram o valor conjunto, representado cerca de 8% das vendas.

As Américas (inclui a América do Norte onde começámos recentemente a vender) apresentam já um valor interessante, representando cerca de 3% das nossas vendas.



Conclusão e resumo dos principais indicadores económicos do exercício

As vendas globais atingiram o valor de € 49 178 687 o que representa um crescimento de 6,7% face ao ano anterior. Analisando a divisão entre mercado interno e mercado externo, temos:

- Mercado interno € 11 173 987 (22,7% do total das vendas) com um crescimento de 5,5%
- Mercado externo € 38 004 700 (77,3% do total das vendas) com um crescimento de 7%

Por atividades a desagregação das vendas é

- Atividade Industrial € 44 536 552 (90,6% do total das vendas) com um crescimento de 7,2%
- Atividade comercial € 3 867 135 (7,9% do total das vendas) com um crescimento negativo de 11,3%
- Atividade imobiliária € 775 000 (1,6% do total das vendas)

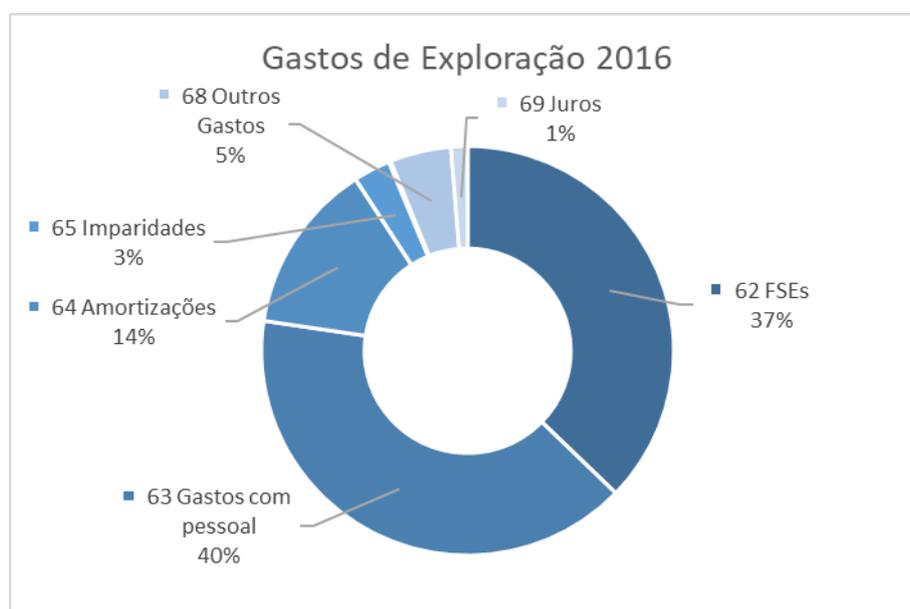
4. Análise económica e financeira 2016

Análise económica

Em 2016 a OLI atingiu um volume de negócios de € 49 198 159, o que representa um aumento de € 3 081 743, correspondendo a 7% face a 2015. O contributo para esta evolução positiva adveio das vendas para o mercado interno com crescimento de 6% e das vendas para o mercado externo com crescimento de 7%.

Complementarmente a este bom desempenho no volume de atividade podemos juntar uma evolução também positiva na margem bruta contabilística que beneficiou de uma conjuntura de descida do custo das matérias-primas nos mercados internacionais e de uma melhoria no maior valor acrescentado libertado pelo mix de produtos. A margem bruta aumentou 3pp tendo atingido 56,4% do volume de negócios.

Ao nível dos gastos de exploração estes acompanharam o aumento da atividade operacional da empresa, tendo registado um aumento de € 2 317 391, correspondentes a 10% do total dos gastos, sendo os maiores contribuintes para este aumento os FSE's e as Amortizações, com aumentos de 11% e 30% respetivamente.



Outra rubrica que contribuiu para o aumento dos gastos de exploração foram as imparidades, nomeadamente relacionadas com a atividade imobiliária, com os inventários e com as dívidas dos clientes.



No que diz respeito à parte imobiliária, e no âmbito de uma análise ao valor dos imóveis em carteira e nomeadamente em propriedades de investimento, foi decidida uma desvalorização de cerca de 246 377 euros.

Quanto aos inventários a imparidade acumulada ascende a € 322 318, dividida entre mercadorias, matérias-primas e produtos intermédios e acabados e tem origem na identificação de alguns artigos em stock cuja rotação é muito baixa.

Quanto às dívidas de clientes foi reforçada a respetiva imparidade em € 182 513, resultante de vários casos de potencial incumprimento por parte de alguns clientes, com maior incidência no mercado angolano.

As amortizações e depreciações do exercício aumentaram € 812 337 fruto do aumento do investimento em ativos fixos que a empresa tem vindo a desenvolver nos últimos anos.

Nos outros gastos o aumento de 2016 face a 2015 foi de € 283 777, onde se destacam as rubricas relacionadas com ofertas, amostras e perdas de inventários que tiveram um aumento de € 108 939 e as rubricas relacionadas com correções de exercícios anteriores que aumentaram € 53 572.

Tal como no ano anterior, a rubrica de juros e gastos similares teve uma diminuição de € 112 545, correspondentes a 25%, consequência em grande parte da redução do endividamento líquido operada ao longo do ano.

O efeito conjugado do aumento da atividade, da melhoria da eficiência dos processos e da margem bruta, assim como da evolução dos gastos de exploração permitiu melhorar os níveis de rentabilidade da OLI.

O *EBITDA* registou um aumento € 2 543 151, ou seja, cerca de 39% face ao ano anterior. Em termos relativos e comparando com as vendas, o rácio aumentou para os 18.6%. O *cash-flow* registou um aumento de 20% passando de € 6 963 829 em 2015 para € 8 336 445 em 2016.

Capital Investido

Relativamente ao fundo de maneio, em 2016 este valor manteve-se face ao ano anterior. Apesar do aumento de atividade, conseguimos que o aumento registado nas dívidas dos clientes fosse integralmente suportado pelo aumento das dívidas a fornecedores e pela redução de inventários.

No que diz respeito ao investimento em ativo fixo este cifrou-se em 2016 em € 3 277 686 o que representa uma diminuição de 38% face a 2015. Os investimentos concentraram-se em 4 áreas:

- Terrenos Edifícios – 28%
- Moldes – 40%
- Equipamento produtivo – 23%
- Os restantes 9% dividiram-se pela aquisição de equipamento administrativo, de transporte e de outros ativos tangíveis e intangíveis.

Análise financeira

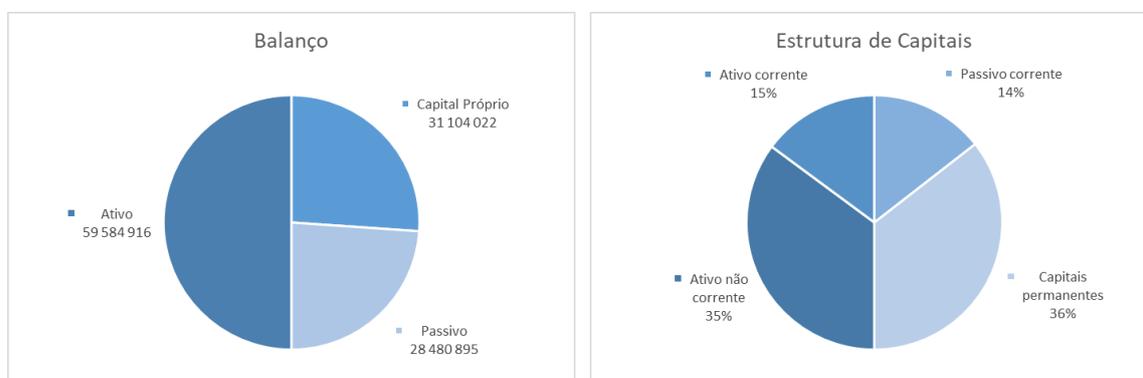
O aumento registado no *cash-flow* permitiu fazer face ao capital investido e reduzir o endividamento, tendo encerrado 2016 com um endividamento líquido de € 15 661 173 (menos € 1 283 903 face a 2015).

Esta redução do endividamento conjugado com o aumento do *EBITDA* permitiu melhorar significativamente o rácio do endividamento sobre o *EBITDA*:

Rubrica	2015	2016
Net debt	16 945 076	15 661 173
Net debt / EBITDA	2.6	1.7

Em termos de estrutura de capitais, a empresa manteve a sua política de optimização da estrutura procurando financiar o investimento em ativo fixo e as necessidades permanentes do fundo de maneo com recurso a financiamento de médio e longo prazo e financiar o ciclo de tesouraria com recurso a instrumentos de curto prazo. Neste sentido, em finais de 2016, os capitais permanentes representavam 101% do ativo não corrente, ao passo que o passivo corrente representava 97% do ativo corrente.

A autonomia financeira aumentou para 52%.



5. Perspetivas para o exercício de 2017

Atividade Comercial (Mercado Nacional e PALOP's)

Mercado Interno

A relativa estabilidade sociopolítica, a resolução dos problemas da banca, o (embora débil) crescimento da economia nacional, associados a alguma recuperação do imobiliário (interessante em Lisboa e no Porto), induzida pelo turismo (de curta e média duração) têm provocado uma interessante recuperação na construção e nos sectores a montante. Cremos que o ano de 2017 vai experimentar um desempenho interessante, com a atividade e procuras crescentes.

O mercado da construção dá sinais de poder sair do marasmo dos últimos anos, com os stocks de fogos a diminuírem e os preços a melhorarem. Há ainda sinais de alguma retoma no investimento industrial com algumas obras de dimensão razoável.

Acreditamos que, salvo incidentes imprevistos, este ano será de animação neste sector da economia, pelo que as nossas vendas crescerão, cremos, a dois dígitos.

Naturalmente a, ainda evidente, fragilidade desta recuperação pode ser perturbada por qualquer fator imprevisto, seja a nível interno, seja a nível externo, pelo que o nosso otimismo tem de ser confirmado pelos factos.

Mercado externo

As vendas da atividade comercial no mercado externo resumem-se aos PALOPs que atravessam uma fase critica, pelo que não deverão ocorrer alterações significativas em relação ao último ano (as vendas vão ser fracas).

Atividade Industrial

Mercado interno

As vendas às cerâmicas nacionais, em ligeiro crescendo, não acompanham o ritmo das vendas noutras frentes, pelo que deverão continuar a perder peso, em termos de percentagem. Mas o bom momento da economia nacional pode ajudar, puxando pelos nossos clientes industriais nacionais.

Continuamos, porém, empenhados nas parcerias que desenvolvemos com este tipo de clientes, seja pela proximidade geográfica, seja pela afinidade de posicionamento estratégico.

Mercado externo

Pre vemos uma evolução positiva das vendas no mercado externo. O esforço de racionalização e segmentação de mercados, a melhoria do posicionamento e os investimentos que vimos fazendo, em várias frentes, deverão ter retorno no exercício em curso.

Reforçámos a rede de distribuição dos produtos do catálogo OLI. A nossa filial comercial alemã deve começar a dar resultado em termos comerciais. A nova organização comercial em Espanha deve, este ano, produzir interessantes resultados (sobretudo se em termos comparativos com os dos anos recentes).

A presença no continente Americano trará, também, resultados que cremos interessantes em termos de vendas e de referenciação em projetos com notoriedade.



O arranque da nossa filial industrial na Rússia, apesar de ter como principal objetivo fornecer os OEM locais, deve proporcionar um efeito indutor e proporcionar o aumento das vendas nos canais de distribuição de produtos exportados de Portugal.

Reforçámos as parcerias com OEM (com ênfase para alguns parceiros exigentes e prestigiados). Mantemos a nossa determinação em aumentar a nossa quota de mercado nalguns dos atores mais importantes do sector cerâmico.

Estamos a tentar reorganizar a oferta e distribuição de produtos destinados à venda nos canais da “distribuição moderna”, começando a pensar num posicionamento mais transnacional (e, por isso, menos nas perspetivas nacionais individuais).

Procuraremos intensificar cada um destes canais, tentando o justo equilíbrio do conjunto, mas com ações diferenciadas para cada canal, como segue:

- **Clientes OEM** - Continuaremos a intensificar as parcerias, privilegiando o desenvolvimento de produtos específicos e que correspondam às exigências e expectativas de cada parceiro. Procurando uma cobertura alargada, a vários níveis de mercado e em várias regiões, procuraremos dar uma maior ênfase ao mercado da gama média alta.
- **Catálogo OLI** - Reforçaremos a qualidade estética e técnica dos produtos do catálogo OLI, procurando afirmar-nos cada vez mais pelos fatores diferenciadores, posicionando-nos na faixa média alta da oferta. Procuraremos, ao mesmo tempo, e sem prejudicar a cobertura do mercado, induzir alguma simplificação da oferta, com o objetivo de melhorar o serviço e a rentabilidade (e simplicidade) de toda a cadeia de abastecimento.
- **Filiais (Alemanha, Espanha, Itália e Rússia)** - Procuraremos aumentar a interação com os atores de cada um dos países em que estamos presentes com filiais, integrando o mais possível a cadeia de valor, de modo a que o serviço percecionado pelos clientes potencie o aumento da nossa quota de mercado em cada um desses países.
- **Distribuição moderna** - A distribuição moderna é incontornável. Procuraremos diferenciar as gamas e os produtos deste sector do mercado e procuraremos uma progressiva integração entre o posicionamento nacional e europeu.

6. Investigação, Desenvolvimento e Inovação

Nos últimos anos têm sido colocados novos desafios à OLI, muito devido às grandes movimentações que se têm vindo a assistir no sector dos sanitários, que fez com que fosse intensificado a procura de novos mercados por parte da OLI dando origem a necessidade do desenvolvimento de novas soluções de produto.

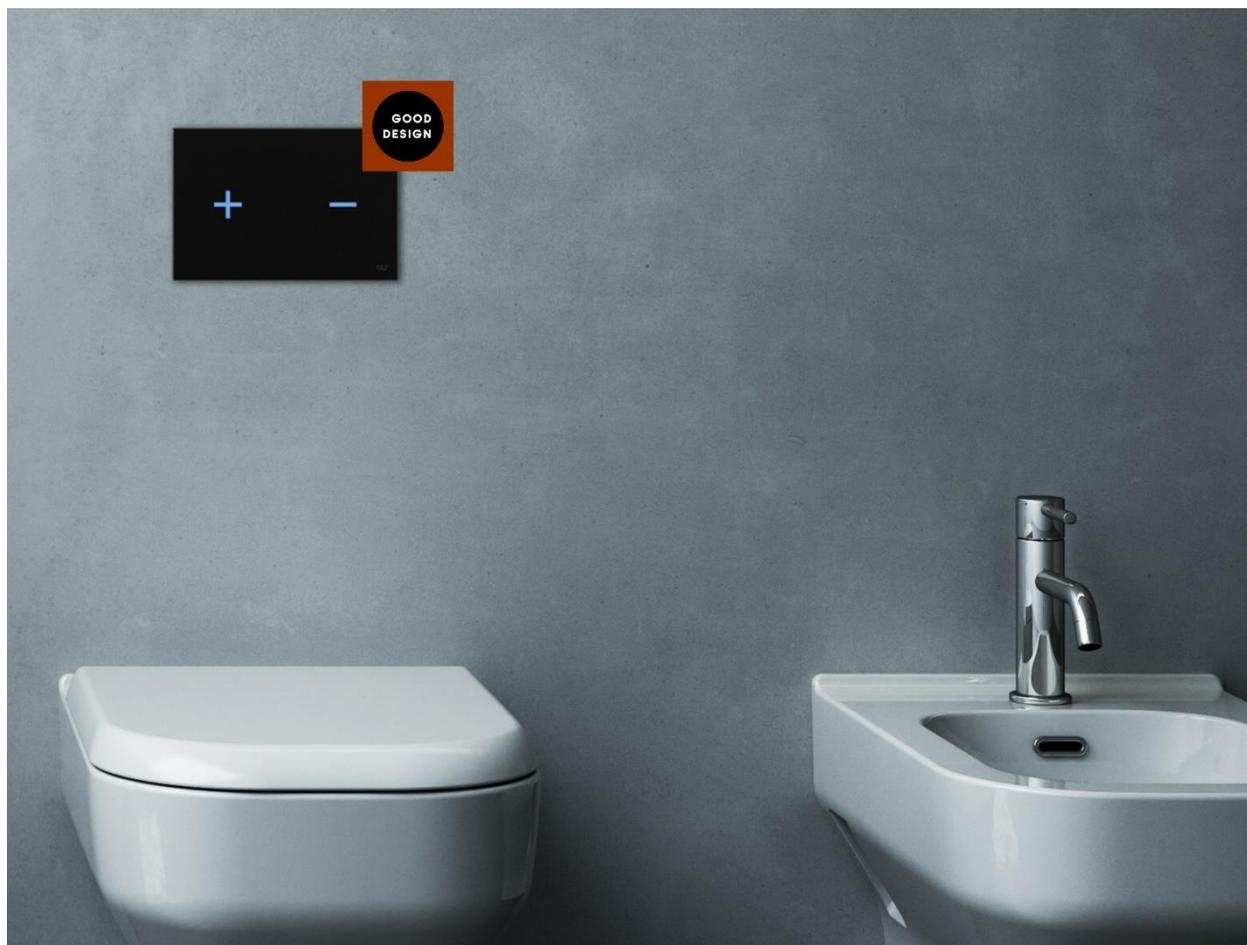
Também a aplicação de novas tecnologias começa a dar os primeiros passos nos produtos sanitários, assim como uma maior consciencialização das questões da sustentabilidade. Estas novas necessidades fazem com que os produtos tenham que se readaptar a novas exigências, exigindo ao processo de IDI soluções diferenciadoras que consigam responder a novas solicitações e garantir competitividade ao nível internacional.

Durante o ano de 2016 consolidou-se a reformulação do processo de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI) sendo realizada uma nova abordagem no desenvolvimento dos novos produtos. O reforço de mão-de-obra qualificada na equipa de ID realizado em 2015 revelou-se essencial no trabalho efetuado em 2016, em que a OLI desenvolveu vários projetos de produto para novos clientes de renome no mercado internacional.

Como parte do ADN da OLI, a gestão da propriedade intelectual continua a ser realizada de uma forma exemplar, sendo uma atividade estratégica no processo de IDI. Em 2016 foram registados 3 novos pedidos de patente, e verifica-se que a OLI continua a ocupar um lugar destacado no ranking das empresas que apresenta anualmente mais pedidos de patentes no Instituto Europeu de Patentes.

Importa referir que a OLI mantém um acompanhamento sobre a atividade de terceiros da mesma área tecnológica, no sentido de detetar eventuais incompatibilidades com produtos desenvolvidos e que estejam já protegidos. Ao antecipar na fase de projeto o desenvolvimento de soluções que estejam a ser utilizadas pelos concorrentes, previne-se possíveis constrangimentos no futuro quando o produto OLI é lançado para o mercado.

Em 2016 a OLI obteve dois prémios importantes de design de produto a nível mundial, o primeiro prémio "Best Of Category 2016", na categoria casas de banho, atribuído pela Archiproducts Design Awards com o Placa de Comando Trumpet e conquistou o "Good Design Award", o mais antigo e prestigiado prémio internacional de Design, organizado pelo Museu de Arte Moderna de Nova Iorque e o Ateneu de Chicago com a placa de comando Glassy.



Ainda em 2016 a torneira de boia IVC1000 LeakSafe foi um dos projetos reconhecidos na área da sustentabilidade pelo Green Project Award onde recebeu na categoria de “Produto ou Serviço”, uma menção honrosa.

A OLI nos últimos anos tem reforçado e diversificado a cooperação com as melhores entidades do Sistema Tecnológico e Científico Nacional, sendo que reconhece nas instituições com quem trabalha a importância do seu conhecimento e da criação de valor que geram. Em 2016 foram estabelecidas novas parcerias no âmbito dos projetos do Compete 2020, inserido no Portugal 2020, mais concretamente em Programas I&DT – Projetos em co-promoção. Em 2016 foram aprovadas duas candidaturas a projetos a que a OLI concorreu como líder que tem como objetivo principal o desenvolvimento, industrialização e comercialização de dois produtos inovadores.

Foram estabelecidas novas parcerias não só como fornecedores e clientes como também com instituições com que a OLI nunca tinha trabalhado como é o caso do ITeCons e da Universidade de Coimbra. Também verificou-se uma consolidação das cooperações com entidades que já foram parceiras no passado como a UM, UA, ANQIP e Inovadomus.

Em 2017 a OLI pretende estabelecer uma estratégia para o desenvolvimento de soluções no âmbito da Indústria 4.0. É crucial para o desenvolvimento da OLI que desenvolva uma estratégia de forma a desenvolver de uma forma sustentada soluções inovadoras tendo como base a aplicação de novos conceitos. É evidente que apenas estamos a dar os primeiros passos, mas tendo como base um dos aspetos estratégicos da empresa que é a inovação, a OLI pretende ser pioneira na criação de soluções tecnologicamente avançadas e, acima de tudo, competitivas.

Certificações de produto Product certifications



Qualidade e certificações Quality and certifications



7. Marketing

Em 2016, o Departamento de Marketing e Comunicação desenvolveu e implementou uma estratégia de reforço da identidade e do posicionamento da OLI, como marca inovadora, sustentável e inclusiva.

Entre as várias ações de promoção e divulgação, destacaram-se as seguintes:

1. Melhoramento do website www.oli-world.com, enquanto ferramenta de comunicação global da marca, disponível em seis idiomas, que afirma a OLI como um “player” global de soluções de banho;
2. Organização de eventos para assinalar duas efemérides - “Dia Mundial da Água” (21 de março) e “Dia Mundial da Casa de Banho” (19 de novembro). Este último evento, organizado em parceria com LX Factory, resultou numa exposição de 16 autoclismos transformados em obras de arte. Este evento contou com a cobertura noticiosa da estação de televisão SIC, que emitiu a notícia no programa de maior audiência do canal aberto - “Jornal de Noite” -, em horário nobre (20h-21h);
3. Criação de catálogos, brochuras, expositores e materiais diversos para a participação nas principais feiras internacionais do setor - “SHK” e “IFH Intherm”, (Alemanha), “Cevisama” (Espanha), “VSK” (Holanda), Mosbuild (Rússia), onde foram apresentadas as últimas soluções e produtos a profissionais dos cinco continentes;



4. Desenvolvimento de uma comunicação segmentada e estratégica dirigida aos públicos-alvo da marca - colaboradores, clientes, arquitetos, projetistas e instaladores -, destacando-se suportes de comunicação institucionais, com uma periodicidade mensal, como o jornal interno (impresso) e 'newsletters' (digital), divulgando a atividade da empresa, novos produtos e obras de prescrição;
5. Em Portugal, as ações de Assessoria de Imprensa, isto é, a comunicação estratégica com os diferentes géneros de comunicação social, com vista ao aumento da visibilidade e reputação da marca, resultou na publicação de 307 notícias (comunicação gratuita, oficialmente monitorizada) e no retorno financeiro de aproximadamente 920 000 euros (o retorno financeiro é o valor correspondente ao espaço e tempo ocupados pela empresa nos meios de comunicação social. Os valores são meramente indicativos, calculados com base em preços publicitários de tabela. Fonte: Cision).

8. Capital humano

No final do exercício de 2016 o número de colaboradores era de 379, tendo-se verificado um aumento de 2.4% relativamente ao ano anterior. O número de colaboradores variou ao longo do ano, dada a necessidade de nos ajustarmos à evolução da procura e sazonalidade de alguns mercados.

Durante o exercício de 2016 o número médio de colaboradores foi de 373 (tendo-se verificado um aumento de 1.1% em relação ao exercício de 2015).

O quadro que é apresentado em baixo mostra dados comparativos dos anos de 2015 e 2016.

Recursos Humanos	2015	2016
Número de trabalhadores no final do período	370	379
• sexo masculino	180	186
• sexo feminino	190	193
Número médio de trabalhadores ao longo do período	369	373
Idade média dos trabalhadores	39,4	39,3
Antiguidade média dos trabalhadores	12	12
Horas de formação totais	13.666	13.875
Média de horas de formação por trabalhador	37	37
Gastos com o pessoal	€ 9 987 537	€ 10 369 672
Gastos médios por trabalhador	€ 27 066	€ 27 801
VAB por trabalhador	€ 45 613	€ 50 599
Taxa geral de absentismo	4,0	3,6
Índice de frequência dos acidentes de trabalho	Bom	Bom
Índice de gravidade dos acidentes de trabalho	Médio	Bom

A partir de 2016, todos os colaboradores que dispõem de um terminal de computador, passaram a aceder ao “portal do empregado”. Com esta ação melhorámos significativamente a interação com os colaboradores, em qualidade e em quantidade, permitindo ainda aos colaboradores o fácil acesso a informações importantes para o dia a dia. Para 2017 prevemos alargar o acesso ao portal do trabalhador a mais colaboradores.

Em 2016 efetuámos a avaliação de riscos psicossociais à nossa população administrativa. Apesar de não terem sido diagnosticados fatores de risco, optámos por realizar algumas atividades no sentido de os colaboradores se conhecerem melhor a si próprios (programa Maximiza).

Mantivemos a realização de algumas atividades de carácter lúdico e desportivo como o almoço de aniversário da empresa (em Março); o dia de convívio que tem incluído com um concurso de pesca e



abertura das portas aos familiares e amigos dos nosso colaboradores (em Julho); a distribuição de castanhas assadas no dia de São Martinho (em Novembro); a construção da Arvore de Natal, no exterior da empresa, com distribuição de chocolate quente (em Dezembro); e a 3ª edição do campeonato de vela ao longo de vários fins de semana nos meses de Maio a Julho.

Em termos de segurança e saúde, mantivemos o nosso esforço em melhorar as condições de trabalho e em formar os colaboradores, tendo-se traduzido isto numa melhoria dos nossos indicadores. O índice de gravidade reduziu 60% e o índice de frequência uma redução de 34% em relação ao ano anterior.

Durante o ano de 2016 efetuamos a transição das normas NP EN ISO 9001:2015 e NP EN ISO 14001:2015. Com esta transição pretende-se reforçar e aumentar a confiança de todas as partes interessadas na OLI, através da melhoria de processos, produtos e serviços, em sintonia com a estratégia definida e com as necessidades e expectativas dos clientes.

Em 2017 vamos iniciar um projeto de formação na área da segurança e ambiente chamando “Jogar pelo seguro”, onde irá ser desenvolvida uma atividade lúdica. O objetivo é aprender brincado.

Ainda em 2017 iremos dar início à implementação de um sistema novo de avaliação de desempenho.

9. Política de Dividendos

Face aos resultados apresentados e às perspetivas futuras de desenvolvimento da atividade a Oliveira & Irmão decidiu fazer distribuição de dividendos.

O Conselho de Administração da Oliveira & Irmão decidiu propor em 2016 a distribuição de um dividendo de € 0,375 por ação, o que resulta num montante global de 750 000 euros.

10. Proposta de aplicação de resultados

Em conformidade com o disposto no Código das Sociedades Comerciais, designadamente o Artigo 66º, alínea f) e tendo em conta os demais preceitos legais, bem como o propósito de consolidar cada vez mais a sua estrutura de capitais próprios, propomos que o resultado líquido no valor de € 4 543 858.54 tenha a seguinte distribuição:

• Para Outras reservas	€ 2 006 324.38
• Para Cobertura de resultados transitados	€ 650 264.54
• Para Lucros não atribuídos	€ 1 137 269.62
• Para Dividendos	€ 750 000.00

11. Proposta de comparticipação nos Lucros ao Conselho de Administração

Dado o bom desempenho obtido em 2016 vimos por este meio propor que seja distribuído, a título de comparticipação nos lucros, aos dois Administradores Executivos do Conselho de Administração, o montante de € 225 147.86. Dadas as regras contabilísticas em vigor este valor já se encontra registado nos gastos com pessoal pelo que o Resultado Líquido já reflete esta proposta.

12. Sector Público Estatal

De acordo com o artigo 210º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social e do Decreto-Lei nº 534/80, de 7 de Novembro, cumpre referir que não há situações de mora relativamente a entidades do sector público estatal e não se verificam outras situações que impliquem referência obrigatória neste relatório.

Foram emitidas certidões comprovativas da situação regularizada, válidas à data de encerramento do Balanço, em 31 de Dezembro de 2016, junto da Administração Fiscal e da Segurança Social.

13. Agradecimentos

A todos os clientes, colaboradores e fornecedores, que ao longo do exercício findo connosco colaboraram e interagiram queremos reconhecer a maneira dedicada e diligente como, na generalidade, o fizeram. Às instituições financeiras queremos reconhecer o apoio dispensado e a confiança que em nós continuam a depositar.

Aos Órgãos Sociais, bem como aos auditores e consultores queremos reconhecer o permanente apoio e disponibilidade que sempre nos dispensaram, sendo importante a sua contribuição, não só para a obtenção dos resultados, como para a perspetivação das mudanças e melhorias em curso.

Aveiro, 24 de Fevereiro de 2017

O Conselho de Administração,

António Manuel Moura de Oliveira

Rui Alberto Moura de Oliveira

Graça Maria Moura de Oliveira

PierAndreino Niboli

Federica Niboli

Anexo ao Relatório do Conselho de Administração

Nos termos do art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais, declaramos os acionistas titulares de mais de um terço do Capital Social:

Acionistas	31/12/2016	31/12/2015
Oliveira & Irmão SGPS, Lda.	50%	50%
Valsir, Spa.	50%	50%

III. Demonstrações financeiras – Contas Individuais

Balço individual em 31.12.2016 e 31.12.2015

EUR

Rubricas	Notas	Datas	
		31-12-2016	31-12-2015
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7;9;11;30	25 128 336	25 508 714
Propriedades de investimento	12;30	5 624 808	6 140 139
Ativos intangíveis	6	613 503	492 902
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	3;5;13	10 411 888	7 593 580
Outros investimentos financeiros	3;13	33 090	37 195
Ativos por impostos diferidos	20	103 194	6 697
		41 914 818	39 779 227
Ativo corrente			
Inventários	3;14;22	5 944 406	6 433 508
Clientes	22	10 364 920	9 095 706
Estado e outros entes públicos	22	452 760	892 403
Outros créditos a receber	22	363 274	426 745
Diferimentos	22	293 193	446 065
Ativos não correntes detidos para venda	3;8	24 309	24 309
Caixa e depósitos bancários	4;22	227 235	566 708
		17 670 098	17 885 445
Total do Ativo		59 584 916	57 664 672
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital subscrito	22	10 000 000	10 000 000
Reservas legais	22	2 000 000	2 000 000
Outras reservas	21;22	3 138 457	3 138 457
Resultados transitados	22	-650 265	-2 466 391
Excedentes de revalorização	7;22	6 587 092	6 587 092
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	22	5 484 879	4 414 162
Resultado líquido do período	20;22	4 543 859	3 462 934
Total do Capital Próprio		31 104 022	27 136 253
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	16	35 534	35 421
Financiamentos obtidos	9;10;22	9 852 367	11 442 287
Passivos por impostos diferidos	20	1 381 464	1 443 793
		11 269 364	12 921 501
Passivo corrente			
Fornecedores	22	7 657 181	6 906 844
Adiantamentos de clientes	22	11 759	230
Estado e outros entes públicos	22	304 745	285 360
Financiamentos obtidos	9;10;22	6 036 041	6 069 497
Outras dívidas a pagar	22	3 003 519	4 156 282
Diferimentos	22	198 286	188 705
		17 211 530	17 606 918
Total do Passivo		28 480 895	30 528 419
Total do Capital Próprio e do Passivo		59 584 916	57 664 672

Demonstração individual dos resultados por naturezas do período findo em 31.12.2016 e 31.12.2015

EUR

Rendimentos e Gastos	Notas	Períodos	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	15;30	49 198 159	46 116 416
Subsídios à exploração	17		82 215
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	3;13	1 327 460	1 063 517
Variação nos inventários da produção	14;30	-31 208	67 872
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	14;30	-21 408 072	-21 468 210
Fornecimentos e serviços externos	23;30	-9 628 139	-8 642 301
Gastos com pessoal	3;5;24;30	-10 369 672	-9 987 537
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	14;22	163 478	-181 013
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	22	-182 513	-49 500
Provisões (aumentos/reduções)	16	-34 836	-31 380
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	13	-2 500	-561 500
Outros rendimentos	15;18;25;30	1 340 145	1 136 793
Outros gastos	18;26	-1 242 245	-958 468
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		9 130 057	6 586 906
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6;7;12;28	-3 489 839	-2 677 503
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	12	-246 377	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		5 393 840	3 909 403
Juros e gastos similares suportados	27	-335 334	-447 879
Resultado antes de impostos		5 058 506	3 461 524
Imposto sobre rendimento do período	20	-514 648	1 410
Resultado líquido do período		4 543 859	3 462 934

Contabilista Certificado

Conselho Administração

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa do período findo em 31.12.2016 e 31.12.2015

EUR

Rubricas	Períodos	
	2016	2015
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo</u>		
Recebimentos de clientes	47 336 201	46 724 982
Pagamentos a fornecedores	-30 149 482	-30 878 925
Pagamentos ao pessoal	-10 227 055	-9 870 912
Caixa gerada pelas operações	6 959 664	5 975 145
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-311 934	-365 123
Outros recebimentos/pagamentos	-113 593	-219 800
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	6 534 137	5 390 222
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>		
Pagamentos respeitantes a:		
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	-4 033 801	-5 446 185
<i>Ativos intangíveis</i>	-300 687	-389 097
<i>Investimentos financeiros</i>	-1 250 359	-104 125
<i>Outros ativos</i>		-4 826 377
Recebimentos provenientes de:		
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	562 100	29 750
<i>Investimentos financeiros</i>	25 000	4 310 291
<i>Outros ativos</i>	387 072	
<i>Subsídios ao investimento</i>	5 381	11 387
<i>Juros e rendimentos similares</i>	4	72
<i>Dividendos</i>	148 500	200 310
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-4 456 791	-6 213 973
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>		
Recebimentos provenientes de:		
<i>Financiamentos obtidos</i>	3 136 138	8 406 707
Pagamentos respeitantes a:		
<i>Financiamentos obtidos</i>	-4 678 943	-6 611 997
<i>Juros e gastos similares</i>	-314 015	-453 721
<i>Dividendos</i>	-560 000	-530 000
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	-2 416 819	810 990
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-339 473	-12 762
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	566 708	579 470
Caixa e seus equivalentes no fim do período	227 235	566 708

Contabilista Certificado

Conselho de Administração



Demonstração individual das alterações no Capital Próprio no período 2016

EUR

Descrição	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe								Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	
Posição no início do período 2016	6	10 000 000	2 000 000	3 138 457	-2 466 391	6 587 092	4 414 162	3 462 934	27 136 253	27 136 253
Alterações no período										
Primeira adopção de novo referencial contabilístico										
Alterações de políticas contabilísticas										
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
Realização do excedente de revalorização										
Excedentes de revalorização										
Ajustamentos por impostos diferidos										
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					2 376 127		62 329	1 062 960	-3 462 934	38 483
	7									
Resultado líquido do período	8				2 376 127			1 070 717	4 543 859	4 543 859
Resultado integral	9=7+8								1 080 925	4 527 768
Operações com detentores de capital no período										
Realizações de capital										
Realizações de prémios de emissão										
Distribuições										
Entradas para cobertura de perdas										
Outras operações										
	10				-560 000					-560 000
Posição no fim do período 2016	6+7+8+10	10 000 000	2 000 000	3 138 457	-650 265	6 587 092	5 484 879	4 543 859	31 104 022	31 104 022

Demonstração individual das alterações no Capital Próprio no período 2015

EUR

Descrição	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe								Total do Capital Próprio
		Capital subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	
Posição no início do período 2015	6	10 000 000	2 000 000	3 138 457	-4 128 289	7 627 062	3 752 274	2 850 032	25 239 536	25 239 536
Alterações no período										
Primeira adopção de novo referencial contabilístico										
Alterações de políticas contabilísticas										
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
Realização do excedente de revalorização										
Excedentes de revalorização										
Ajustamentos por impostos diferidos										
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					2 191 897		-1 116 308	661 888	-2 850 032	80 091
	7									
Resultado líquido do período	8				2 191 897		-1 039 970	661 888	3 462 934	-1 036 217
Resultado integral	9=7+8								612 901	2 426 717
Operações com detentores de capital no período										
Realizações de capital										
Realizações de prémios de emissão										
Distribuições										
Entradas para cobertura de perdas										
Outras operações										
	10				-530 000					-530 000
Posição no fim do período 2015	6+7+8+10	10 000 000	2 000 000	3 138 457	-2 466 391	6 587 092	4 414 162	3 462 934	27 136 253	27 136 253

Contabilista Certificado

Conselho de Administração

IV. Anexo às Demonstrações Financeiras – Contas individuais

1. Informações

1.1. Identificação da entidade

Designação:	Oliveira & Irmão, SA
Sede:	Travessa do Milão, Esgueira, Aveiro, Portugal
Contribuinte:	500 578 737
Atividade:	CAE da atividade principal 22230 - Fabricação de artigos de Plástico para a Construção

A atividade principal desta empresa é a fabricação de artigos em plástico para a construção e a atividade secundária é a comercialização por grosso de artigos sanitários, ferragens, tubagem para canalizações, moto bombas e eletrobombas, torneiras, eletrodomésticos e material de aquecimento. Tem ainda como atividade secundária a promoção imobiliária visando a conceção, construção, titularidade, comercialização, exploração comercial e gestão de patrimónios imobiliários diversos.

1.2. Identificação da empresa-mãe final

A Oliveira & Irmão, SA é detida em:

- 50% pela empresa Oliveira & Irmão, SGPS, Lda, com sede na Travessa do Milão, Esgueira, Aveiro, e
- 50% pela empresa Valsir, SPA, com sede na Localita Merlaro 2, Vestone, Itália.

1.3. Identificação da empresa-mãe intermédia

A empresa-mãe intermédia é a Oliveira & Irmão, SA, com sede na Travessa do Milão, Esgueira, Aveiro.

As cópias das demonstrações financeiras consolidadas podem ser obtidas na sede da empresa.

1.4. Gestão do risco

i. Risco de crédito

a) Créditos sobre clientes

O risco de crédito resulta maioritariamente do crédito concedido a clientes, relacionado com a atividade operacional. O principal objetivo da gestão de risco de crédito é garantir a cobrança efetiva das dívidas dos clientes, em conformidade com as condições negociadas.

De modo a mitigar o risco de crédito que deriva do potencial incumprimento de pagamento por parte dos clientes, a sociedade:

- Tem implementado procedimentos de controlo de crédito e processos de aprovação de crédito;
- Possui uma equipa dedicada à gestão do crédito e das cobranças;
- Estabelece e acompanha os limites de crédito dos seus clientes, monitorizando a exposição efetiva;
- Possui seguro de crédito;
- Recorre aos meios legais disponíveis para recuperação de crédito, quando aplicável.

b) Outros ativos financeiros para além de créditos sobre clientes

Para além dos ativos resultantes das atividades operacionais, a sociedade detém ativos financeiros decorrentes do seu relacionamento com Instituições Financeiras, tais como depósitos bancários. Consequentemente, existe também risco de crédito associado ao potencial incumprimento pecuniário das Instituições Financeiras que são contraparte nestes relacionamentos. A exposição relacionada com este tipo de ativos financeiros é amplamente diversificada e de duração limitada no tempo.

ii. Risco de Mercado

a) Risco de Taxa de Juro

Em resultado da proporção relevante de dívida a taxa variável no seu Balanço, e dos consequentes *cash-flows* de pagamento de juros, a sociedade encontra-se exposta a risco de taxa de juro, particularmente ao risco de variação de taxa de juro do Euro.

b) Risco de Taxa de Câmbio

A sociedade está exposta ao risco de taxa de câmbio de transação. O risco de taxa de câmbio prende-se com a possibilidade de registar perdas ou ganhos em resultado da variação das taxas de câmbio. O Grupo opera internacionalmente e detém uma subsidiária a operar na Rússia, estando deste modo o seu investimento exposto ao risco de taxa de câmbio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressas em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais.

Sempre que possível, o Grupo tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos concedidos e recebidos expressos na mesma moeda.

O risco de transação emerge essencialmente quando existe risco cambial relacionado com *cash-flows* denominados em divisa que não a divisa funcional de sociedade. A sociedade procura compensar os *cash-flows* positivos e negativos denominados na mesma divisa estrangeira.

iii. Risco de Liquidez

A gestão de risco de liquidez tem por objetivo garantir que a sociedade possui capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas atividades de negócio, implementar a sua estratégia e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando devidas, evitando ao mesmo tempo a necessidade de obter financiamento em condições desfavoráveis.

Com este propósito, a gestão de liquidez compreende os seguintes aspetos:

- Planeamento financeiro consistente baseado em previsões de *cash-flows* de acordo com diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e plurianual);
- Diversificação de fontes de financiamento;
- Diversificação das maturidades da dívida emitida de modo a evitar a concentração excessiva em curtos períodos de tempo das amortizações de dívida;
- Contratação de linhas de crédito de curto prazo, programas de papel comercial e outros tipos de operações financeiras, assegurando um balanceamento entre níveis adequados de liquidez e de *commitment fees* suportados;

2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Referencial contabilístico adotado

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, com as alterações introduzidas pela Lei 20/2010, de 23 de Agosto e o Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Julho, e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) consignadas respectivamente nos avisos n.ºs 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015 de 29 de Julho, constantes do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), sendo supletivamente aplicadas as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas na União Europeia e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) emitidas pelo IASB e respetivas Interpretações Técnicas (SIC/IFRIC).

2.2 Pressuposto da continuidade

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

2.3 Regime do acréscimo

A empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em

que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de Devedores e credores por acréscimos e Diferimentos.

2.4 Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os “Impostos diferidos” e as “Provisões” são classificados como Ativos e Passivos não correntes.

2.5 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

2.6 Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de Dezembro de 2016 são, essencialmente, comparáveis com os utilizados na preparação das Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015.

Atendendo à NCRF 10 – custos de empréstimos obtidos, a empresa capitalizou juros no montante de 29.404,85€, utilizou como critérios o ativo estar em curso por período superior a 9 meses e o seu valor ser superior a 100.000€.

2.7 Eventos subsequentes

Os eventos, após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas Demonstrações Financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do Balanço, são divulgados no anexo às Demonstrações Financeiras.

2.8 Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de alguma disposição prevista pelo SNC.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das Demonstrações Financeiras:

ATIVOS INTANGÍVEIS (NCRF 6)

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis, apenas são reconhecidos, se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

As despesas de desenvolvimento são reconhecidas, sempre que, a entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento, iniciar o seu uso e para as quais seja provável que o ativo criado, venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios, são registadas como gastos do exercício em que são suportadas. As despesas de investigação, são reconhecidas como gastos do período em que ocorrem.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método linear, em conformidade com o período de vida útil estimado.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (NCRF 7)

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2010 (data de transição para NCRF), encontram-se registados ao seu custo de aquisição ou ao custo de aquisição revalorizado, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até aquela data, deduzido das depreciações acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. Os edifícios e os terrenos foram revalorizados em 2011, por uma entidade externa, denominada L2i – Investimentos Imobiliários, Lda.

As depreciações são calculadas após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado, para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Descrição	Nº de anos de vida estimado
Edifícios Comerciais e Administrativos	50
Edifícios Industriais	20
Edificações ligeiras	10
Moldes	6
Máquinas	10
Linhas de montagem	10
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento de Transporte	4
Equipamento Administrativo	8

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate dos ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico, na data da alienação ou abate e são registadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas de Outros rendimentos ou Outros gastos.

ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA (NCRF 8)

Na rubrica dos ativos correntes detidos para venda estão registados moldes e máquinas que foram classificados como tal, uma vez que não estão a ser recuperados pelo uso continuado, mas sim através da alienação. Os ativos estão disponíveis para venda imediata nas suas condições atuais.

LOCAÇÕES (NCRF 9)

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo e, como locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na Demonstração dos Resultados do exercício a que respeitam.

CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS (NCRF10)

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor contratado nominal, as despesas com comissões e com a sua emissão são contabilizadas como gastos do período. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na Demonstração dos Resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes e, quando a liquidação se diferir por mais de 12 meses após a data de relato, como passivo não corrente.

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO (NCRF 11)

As propriedades de investimento são valorizadas pelo custo de aquisição deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos suportados com as propriedades de investimento, como por exemplo, manutenção, reparação, seguros, são reconhecidos como gastos do período a que dizem respeito. Caso existam melhorias, em que haja expectativas que gerem benefícios económicos futuros para além dos inicialmente esperados, são capitalizados na rubrica de Propriedades de investimento.

IMPARIDADE DE ATIVOS (NCRF 12)

À data do Balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades das quais resultem, alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, reconhecemos uma perda por imparidade, registada na Demonstração dos Resultados na rubrica de Perdas por imparidade.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram. É reconhecida na Demonstração dos Resultados, na rubrica de Reversões de perdas por imparidade e, efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda tivesse sido registada.

À data do Balanço foi avaliada a imparidade dos inventários, dos clientes e das propriedades de investimento. Constatou-se que existia evidência objetiva de imparidade nos clientes pelos processos judiciais e pela antiguidade e, nos inventários e nas propriedades de investimento que estavam registados com um valor superior ao valor recuperável. Por este fato foram reconhecidas imparidades de clientes, de inventários e de propriedades de investimento, na Demonstração de Resultados.

Relativamente à Soplasnor, houve um reforço da imparidade relacionada com o empréstimo que esta participada tinha em aberto com a empresa mãe.

INTERESSES EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS (NCRF13)

Os investimentos em associadas (participações superiores a 20%) são registados pelo Método de Equivalência Patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido para o valor correspondente à proporção do Capital Próprio dessas entidades, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.

Quando a subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada, apresenta Capital Próprio negativo ou nulo, o investimento é registado por valor nulo.

De acordo com o Método de Equivalência Patrimonial, os investimentos são ajustados anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos dessas entidades por contrapartida de ganhos ou perdas do período. A distribuição de dividendos é registada como uma diminuição do valor dos investimentos, no período em que são atribuídos.

INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO (NCRF 15)

As participações financeiras são inicialmente reconhecidas ao custo e posteriormente ajustadas pelo Método de Equivalência Patrimonial. A consolidação é pelo Método Integral, porque as participações e o controlo nas subsidiárias assim o exigem.

Na empresa-mãe, os ganhos e perdas das suas associadas após a aquisição é contabilizado em ganhos ou perdas por contrapartida do valor do investimento financeiro, sendo após a data do balanço transferido para reservas sempre que não é distribuído. Quando a participação pela aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, for uma perda e igualar ou ultrapassar o investimento na associada, a empresa-mãe deixa de reconhecer perdas adicionais.

Os ganhos não realizados em transações com as associadas são eliminados na consolidação.

As políticas contabilísticas das associadas, sempre que necessário, são alteradas de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

INVENTÁRIOS (NCRF 18)

Os inventários encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio de saídas.
- Os produtos acabados e trabalhos em curso são valorizados ao custo de produção o qual inclui o custo da matéria-prima incorporada, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico. A saída é custeada pelo método do custo padrão.

Nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização, é registada uma perda por imparidade para depreciação de inventários.

RÉDITO (NCRF 20)

A empresa reconhece rédito sempre que possa ser razoavelmente mensurável e seja provável que obtenha benefícios económicos futuros. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela venda e prestação de serviços decorrentes da atividade normal da empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando são satisfeitas todas as seguintes condições:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser valorizado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido, líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES (NCRF 21)

A empresa constituiu uma provisão para garantias a clientes, dado que os nossos produtos têm um prazo de reclamação em garantia, pelo que a entidade tem uma obrigação presente resultante de um

evento passado, e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos. O montante da obrigação foi calculado com base no histórico dos últimos três exercícios.

SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO (NCRF 22)

Os subsídios à exploração, nomeadamente os apoios ao emprego são reconhecidos na Demonstração dos Resultados na parte proporcional dos gastos suportados, satisfazendo o princípio da especialização dos exercícios.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de ativos tangíveis são registados no Capital Próprio e reconhecidos na Demonstração dos Resultados, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados durante a vida útil dos mesmos.

Em curso temos um empréstimo reembolsável pela concessão de Incentivos Financeiros no âmbito do sistema de incentivos à inovação do QREN onde concorreremos com despesas de internacionalização e investimento, cujo benefício corresponde à isenção de juros.

EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO (NCRF 23)

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio da data da transação.

À data de fecho é efetuada a atualização cambial de saldos (itens monetários) em aberto, aplicando a taxa de câmbio em vigor a essa data. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do Balanço, são registadas como rendimentos e/ou gastos na Demonstração dos Resultados do exercício na rubrica de ganhos/perdas cambiais.

As diferenças de câmbio originadas na conversão para euros de demonstrações financeiras de entidades participadas denominadas em moeda estrangeira são incluídas no capital próprio, na rubrica Outras variações no capital próprio.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO (NCRF 25)

A empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), no apuramento da matéria coletável, são adicionados e deduzidos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

Relativamente a 2016, a empresa tem deduções à coleta referentes aos incentivos fiscais em vigor em sede de IRC, nomeadamente o SIFIDE - Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial e o RFAI - Regime Fiscal de Apoio ao Investimento.

A empresa procede ao registo de impostos diferidos correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – impostos diferidos.

O gasto relativo a imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente e diferido. O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor e deduzido dos benefícios fiscais; o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados utilizando as taxas de tributação em vigor e, são reconhecidos como gasto ou rendimento do exercício.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS (NCRF 27)

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- Clientes e outras dívidas de terceiros - as dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial. No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outras contas a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for, é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.
- Fornecedores e outras dívidas a pagar - as dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.
- Empréstimos - os empréstimos, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registados no passivo pelo custo.
- Transações e saldos em moeda estrangeira - as transações em moeda estrangeira são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados em moeda estrangeira, são atualizadas nas datas de relato, às taxas de câmbio em vigor. As diferenças de câmbio resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na Demonstração dos Resultados do período em que são geradas.

- Periodizações - as transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de Outros créditos a receber, Outras dívidas a pagar e Diferimentos.
- Caixa e Depósitos bancários - os montantes incluídos na rubrica Caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS (NCRF 28)

A entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados:

- Benefícios a curto prazo: incluem ordenados, salários, contribuições para a segurança social e gratificações. Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço.
- Benefícios de cessação de emprego: a entidade reconhece os gastos com rescisões de contratos de trabalho, por terminado o prazo de caducidade do contrato de trabalho a termo ou por acordo de revogação.

3.2. - Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir das mesmas.

4. Fluxos de caixa

A desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários é a seguinte:

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO				EUR
Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Caixa	17 228	184 730	193 301	8 657
Depósitos à ordem	549 480	101 799 194	102 130 095	218 579
Total de caixa e depósitos bancários	566 708	101 983 923	102 323 396	227 235

5. Partes Relacionadas

5.1. Relacionamento com a Empresa-mãe:

Empresa-mãe imediata: Oliveira & Irmão, SA

Empresa-mãe intermédia superior: Oliveira & Irmão, SGPS, Lda.

Empresa-mãe intermédia superior: Valsir, SPA

5.2. Remunerações do pessoal chave da gestão

As remunerações auferidas pelos órgãos sociais (entendidos como pessoal chave da gestão), nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, foram as seguintes:

REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS		EUR	
Descrição	Período 2016	Período 2015	
Conselho de Administração - Oliveira & Irmão, SA	540 895	645 978	
Total	540 895	645 978	

5.3. Transações entre partes relacionadas

As transações entre as partes relacionadas foram as seguintes:

ENTIDADES RELACIONADAS		Período 2016					Período 2015					EUR
Descrição		Vendas e Serviços	Compras	Saldos a Receber	Saldos a Pagar	Empréstimos do Período	Vendas e Serviços	Compras	Saldos a Receber	Saldos a Pagar	Empréstimos do Período	
Empresa-mãe	VALSIR, SPA Oliveira & Irmão, SGPS, Lda	656 615	749 094	248 936	267 306	-9 603	691 274	726 591	236 558	249 189		
Total		656 615	749 094	248 936	267 306		691 274	726 591	236 558	249 189		
Subsidiárias	Moldaveiro - Moldes, Lda	53 419	1 567 951	3 348	629 071		56 504	1 995 532	7 658	1 303 425		
	Soplasnor - Soc. Plásticos do Norte, SA					2 500		4 500 370	7 000		-4 199 500	
	Nuno & Gradeço - Mat. Construção, SA						35 700	32 108				
	Oli Sanitairsysteme GMBH	441 582	1 476	427 549		626 965	1		1			
	OOO Oli Rus	2 033 531		1 417 721			186 652		489 645			
Oli, SRL	7 381 612	738 151	1 209 730	139 234		6 781 831	389 242	1 034 166	46 956			
Total		9 910 144	2 307 578	3 058 348	768 306	629 465	7 060 687	6 917 252	1 538 470	1 350 381	-4 199 500	

Em 26 de Julho de 2016 a Oliveira & Irmão, SA procedeu a um aumento do capital social da OOO Oli Rus com sede na Rússia, no montante de 600.000€. Com este aumento já foi possível reconhecer na rubrica de investimentos financeiros a parte restante do resultado negativo da Oli RUS de 2015 que não o tinha sido por insuficiência de saldo.

6. Ativos intangíveis

A divulgação dos ativos intangíveis é a seguinte:

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2016 EM ACTIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

EUR

	Descrição	Projectos de desenvolvimento	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Ativos intangíveis em curso	Total
	Com vida útil finita:					
4	Quantia bruta escriturada inicial	59 840	340 874		173 909	574 623
5	Amortizações acumuladas iniciais	11 636	70 086			81 722
7	Quantia líquida escriturada inicial (7 = 4 - 5 - 6)	48 204	270 788		173 909	492 902
8	Movimentos do período: (8 = 8.1 - 8.2 + 8.3 + 8.4 + 8.5 + 8.6)	-19 947	251 423		-110 875	120 601
8.1	Total das adições		17 605		47 901	65 506
Adições	Aquisições em 1.ª mão		17 605		47 901	65 506
8.2	Total das diminuições	19 947	160 140			180 086
Diminuições	Amortizações	19 947	160 140			180 086
8.4	Transferências de AFI em curso		393 957		-158 776	235 182
9	Quantia líquida escriturada final (9 = 7 + 8)	28 258	522 211		63 035	613 503
	Vida útil	3	3			

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2015 EM ACTIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

EUR

	Descrição	Projectos de desenvolvimento	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Ativos intangíveis em curso	Total
	Com vida útil finita:					
4	Quantia bruta escriturada inicial	406 618		1 216 703	185 526	1 808 847
5	Amortizações acumuladas iniciais	406 618		1 216 703		1 623 321
7	Quantia líquida escriturada inicial (7 = 4 - 5 - 6)				185 526	185 526
8	Movimentos do período: (8 = 8.1 - 8.2 + 8.3 + 8.4 + 8.5 + 8.6)	48 204	270 788		-11 617	307 376
8.1	Total das adições		29 128		297 761	326 889
Adições	Aquisições em 1.ª mão		29 128		297 761	326 889
8.2	Total das diminuições	11 636	70 086			81 722
Diminuições	Amortizações	-394 982	70 086	-1 216 703		-1 541 599
	Abates	406 618		1 216 703		1 623 321
8.4	Transferências de AFI em curso	59 840	311 746		-372 318	-732
8.6	Outras transferências				62 940	62 940
9	Quantia líquida escriturada final (9 = 7 + 8)	48 204	270 788		173 909	492 902
	Vida útil	3	3			

7. Ativos fixos tangíveis

7.1. Divulgações sobre ativos fixos tangíveis

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2016 EM ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

EUR

	Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos por conta de AFT	Total
1	Quantia bruta escriturada inicial	7 099 031	16 654 789	32 684 620	1 174 516	1 392 927	1 236 648	2 551 200		62 793 731
2	Depreciações acumuladas iniciais		8 942 040	25 163 540	853 888	1 113 430	1 212 119			37 285 017
4	Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	7 099 031	7 712 750	7 521 080	320 628	279 496	24 529	2 551 200		25 508 714
5	Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5.6)	-25 688	-241 260	623 036	-41 623	-64 711	-14 043	-696 089	80 000	-380 379
5.1	Total das adições	49 168	17 803	204 066	101 400	30 630		2 729 113	80 000	3 212 181
Adições	Aquisições	49 168	17 803	204 066	101 400	30 630		2 729 113	80 000	3 212 181
5.2	Total das diminuições	74 856	898 477	2 108 161	143 023	118 018	14 043			3 356 578
Diminuições	Depreciações		898 477	1 873 430	143 023	111 827	14 043			3 040 800
	Alienações	74 856		234 731		5 563				315 150
	Abates			-296		628				628
5.4	Transferências de AFT em curso		639 414	2 527 426		22 677		-3 424 698		-235 182
5.6	Outras transferências							-504		-800
6	Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	7 073 343	7 471 490	8 144 116	279 005	214 785	10 485	1 855 111	80 000	25 128 336
	Vida útil		3;10;20;50	1;3;4;6;8;10	4;6	3;5;6;7;8;10	3;4			

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2015 EM ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

EUR

	Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos por conta de AFT	Total
1	Quantia bruta escriturada inicial	6 828 277	15 769 071	31 374 227	1 069 860	1 541 274	1 659 406	2 773 534		61 015 648
2	Depreciações acumuladas iniciais		8 327 579	25 734 477	819 220	1 377 094	1 623 593			37 881 964
4	Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	6 828 277	7 441 492	5 639 749	250 640	164 180	35 813	2 773 534		23 133 684
5	Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5.6)	270 754	271 258	1 881 331	69 989	115 317	-11 284	-222 333		2 375 030
5.1	Total das adições	270 754	17 657	150 583	184 496	217 668	5 385	4 125 856		4 972 400
Adições	Aquisições	270 754	17 657	150 583	184 496	217 668	5 385	4 125 856		4 972 400
5.2	Total das diminuições		787 514	1 516 888	114 507	112 023	4 229			2 535 162
Diminuições	Depreciações		614 461	-570 938	34 668	-263 664	-411 474			-596 948
	Alienações				60 456					60 456
	Abates		173 054	2 087 826	19 384	375 687	415 703			3 071 653
5.4	Transferências de AFT em curso		1 041 115	3 243 840			732	-4 285 687		
5.6	Outras transferências			3 796		9 672	-13 172	-62 503		-62 207
6	Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	7 099 031	7 712 750	7 521 080	320 628	279 496	24 529	2 551 200		25 508 714
	Vida útil		3;10;20;50	2;3;4;5;6;8;10;2	4;6	3;5;6;7;8;10				

7.2. Divulgações sobre excedentes de revalorização dos ativos fixos tangíveis reconhecidos por quantias revalorizadas

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2016 NOS EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO

EUR

Descrição	Reservas de Reavaliação Legais		Reservas de Reavaliação Livres		Total
	Não realizada	Realizada	Não realizada	Realizada	
	Valor do excedente de revalorização no início do período	96 940	65 153	4 940 040	
Depreciações	-13 144	13 144	-210 211	210 211	
Valor do excedente de revalorização no fim do período	83 796	78 297	4 729 828	1 695 170	6 587 092

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2015 NOS EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO

EUR

Descrição	Reservas de Reavaliação Legais		Reservas de Reavaliação Livres		Total
	Não realizada	Realizada	Não realizada	Realizada	
	Valor do excedente de revalorização no início do período	107 211	54 882	6 667 522	
Depreciações	-10 271	10 271	-1 727 482	687 512	-1 039 970
Valor do excedente de revalorização no fim do período	96 940	65 153	4 940 040	1 484 959	6 587 092

7.3. Ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS DADOS COMO GARANTIA DE PASSIVOS EM 2016

EUR

Bem	Credor	Valor de penhor	Valor do bem	Depreciação	Quantia líquida
Edifício Soplasnor e terrenos adjacentes	BPI	4 500 000	4 826 377	201 569	4 624 808
Moldes e máquinas	BPI	827 750	912 012	293 420	528 224
		5 327 750	5 738 389	494 989	5 153 032

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS DADOS COMO GARANTIA DE PASSIVOS EM 2015

EUR

Bem	Credor	Valor de penhor	Valor do bem	Depreciação	Quantia líquida
Edifício Soplasnor e terrenos adjacentes	BPI	4 500 000	4 826 377	28 796	4 797 582
Moldes e máquinas	BPI	827 750	912 012	282 388	629 624
		5 327 750	5 738 389	311 183	5 427 206

8. Ativos não correntes detidos para venda

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO

EUR

Descrição	Saldo Inicial	Aquisições	Alienações	Saldo Final
Conjunto de moldes para válvulas de enchimento	14 268			14 268
Conjunto de moldes para válvulas de descarga	7 927			7 927
Conjunto de moldes para sífões de pavimento	2 114			2 114
Conjunto equipamentos adquiridos para venda		272 277	272 277	0
Total	24 309	272 277	272 277	24 309

9. Locações

9.1. Contratos de locação

EUR

Ativos que se encontram a ser financiados através de contratos de locação financeira, respectivas quantias escrituradas líquidas e rendas contingentes reconhecidas como gasto no período		Locações financeiras em vigor						Período 2016	Período 2015
		Descrição	Valor Aquisição	Entidade locadora	Identificação do contrato	Prazo da locação		Quantias escrituradas líquidas dos ativos locados	Quantias escrituradas líquidas dos ativos locados
						Começo	Fim		
Ativos Fixos Tangíveis	Leasing	VW Passat - 29NJ81	35 500	BPI	CT 1260531800	25-12-2012	25-12-2017		8 136
	Leasing	VW Sharan - 14NP35	40 000	BPI	CT 1360160200	25-04-2013	25-04-2018	2 500	12 500
	Leasing	Audi A6 - 25OUJ22	94 000	BPI	CT 1460255800	25-06-2014	25-06-2019	33 292	56 792
	Leasing	Audi A3 - 28PR19	39 650	BPI	CT 1530029800	05-04-2015	05-04-2020	22 303	32 216
	Leasing	Audi A3 - 28PR20	39 650	BPI	CT 1530029900	05-04-2015	05-04-2020	22 303	32 216
	Leasing	VW Caravelle - 95QL40	42 000	BPI	CT 1561644300	25-10-2015	25-10-2020	28 875	39 375
	Subtotais			290 800				109 273	181 234
	Leasing	Eq. Informático	50 000	BSTOTTA	CT 203751	15-01-2014	15-01-2019	20 000	30 000
	Leasing	VW Passat - 83OP83	29 700	BSTOTTA	CT 205173	15-05-2014	15-05-2019	9 900	17 325
	Leasing	BMW X1 - 76QO89	38 596	BSTOTTA	CT211612	15-12-2015	15-12-2020	28 143	37 792
Leasing	BMW 4 - 36QR70	46 500	BSTOTTA	CT211832	15-01-2016	15-01-2021	34 875		
Leasing	VW Passat - 19RN27	35 300	BSTOTTA	CT214624	15-08-2016	15-08-2021	31 623		
Subtotais			200 096				124 541	85 117	
Leasing	Eq. Informático - ORACLE	160 446	BNP PARIBAS	CT 76186/187	01-10-2015	01-08-2017	80 223	133 705	
Subtotais			160 446				80 223	133 705	
Totais			651 342				314 037	400 056	

9.2. Quantias reconhecidas nestes ativos

Descrição	Locações financeiras 2016		Locações operacionais	Locações financeiras 2015		Locações operacionais
	Ativos fixos tangíveis	Total		Ativos fixos tangíveis	Total	
Quantia bruta escriturada final	651 342	651 342		866 839	866 839	
Amortizações/Depreciações acumuladas	337 305	337 305		298 315	298 315	
Quantia líquida escriturada final (4 = 1 - 2 - 3)	314 037	314 037		568 524	568 524	
Total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data do balanço: (5 = 5.1 + 5.2 + 5.3)	336 561	336 561	5 660	440 552	440 552	16 979
Até um ano	150 661	150 661	5 660	169 163	169 163	5 660
De um a cinco anos	185 901	185 901		271 389	271 389	11 319
Valor dos pagamentos reconhecidos em gastos do período				11 319		11 319

10. Empréstimos obtidos

10.1. Informação relativa aos empréstimos genéricos

TIPO DE FINANCIAMENTO

EUR

Descrição	31-12-2016			31-12-2015		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Conta Corrente Caucionada				68 890		68 890
Programa de Papel Comercial	3 400 000		3 400 000	2 400 000		2 400 000
Médio e Longo Prazo	2 374 018	8 436 439	10 810 457	2 898 661	9 819 699	12 718 360
Leasing	150 660	185 901	336 561	169 163	271 389	440 552
Desconto de Remessas				532 784		532 784
FEDER - Candidatura nº 27024	111 363	1 230 027	1 341 390		1 351 198	1 351 198
Total	6 036 041	9 852 367	15 888 408	6 069 497	11 442 287	17 511 784

10.2. Garantias

GARANTIAS

EUR

Sociedade Garantia	N.º Garantia	Beneficiário da Garantia	Garantia		31/12/2016	31/12/2015
			Montante	%	Valor Capital em Dívida	Valor Capital em Dívida
Garval	2012.00974	BSTOTTA - PME CRESC 1.000K	56 108	5.61%		
Lisgarante	2012.01445	BSTOTTA - PME CRESC 1.000K	56 108	5.61%		
Norgarante	2012.01691	BSTOTTA - PME CRESC 1.000K	387 784	38.78%	111 111	333 333
Norgarante	2010.07573	CGD - PME INVEST V 1.000K	500 000	50.00%	90 909	272 727

11. Custos de empréstimos obtidos capitalizados

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO

EUR

Descrição	Valor	Taxa
Ativos fixos tangíveis	23 327	
Ferramentas e Utensílios	1 963	2.45%
Máquinas de uso específico	2 112	2.45%
Instalações Industriais	2 743	2.45%
Edificações Ligeiras	803	2.45%
Edifícios em curso	15 705	2.45%
Ativos fixos intangíveis	6 078	
Programas de Computador	6 078	2.45%
Total	29 405	

Pressupostos:

Em curso por um período superior a 9 meses e valor superior a 100.000€

12. Propriedades de investimento

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2016 EM PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

EUR

	Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	outras propriedades investimento	PI em curso	Total
1	Quantia bruta escriturada inicial	1 719 814	4 505 225			6 225 039
2	Depreciações acumuladas iniciais		84 901			84 901
4	Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	1 719 814	4 420 325			6 140 139
5	Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5.6)		-515 330			-515 330
5.2	Total das diminuições		515 330			515 330
Diminuições	Depreciações		268 953			268 953
	Perdas por imparidade		246 377			246 377
6	Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	1 719 814	3 904 995			5 624 808
	Vida útil		3;11;29			

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2015 EM PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

EUR

	Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	outras propriedades investimento	PI em curso	Total
1	Quantia bruta escriturada inicial					
2	Depreciações acumuladas iniciais					
4	Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)					
5	Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5.6)	1 719 814	4 420 325			6 140 139
5.1	Total das adições	1 719 814	4 505 225			6 225 039
Adições	Aquisições	1 719 814	4 505 225			6 225 039
5.2	Total das diminuições		84 901			84 901
Diminuições	Depreciações		84 901			84 901
6	Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	1 719 814	4 420 325			6 140 139
7	Vida útil		3;11;29			

OUTRA INFORMAÇÃO

EUR

Descrição	2016	2015	Total
Quantias reconhecidas nos resultados			
Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento	138 839	58 739	197 577
Gastos operacionais diretos de imóveis que geraram rendimentos	103 265	51 502	154 767
Total	35 574	7 236	42 810

Dado que as propriedades de investimento foram adquiridas recentemente e atendendo à estagnação do mercado imobiliário, entendeu-se não promover à determinação do seu justo valor, para efeitos do parágrafo 32 da NCRF 11. A haver diferença entre a quantia escriturada, a imparidade reconhecida e o justo valor das propriedades de investimento, ela não será relevante.

13. Participações financeiras

13.1. Informação relativa às participações financeiras

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

EUR

Descrição	Investimentos em subsidiárias	Total
Método de equivalência patrimonial:		
Quantia bruta escriturada inicial	7 593 580	7 593 580
Parte respeitante ao Goodwill		
Perdas por imparidade acumuladas iniciais	5 561 500	5 561 500
Efeitos decorrentes de empréstimos concedidos	5 561 500	5 561 500
Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 + 3)	7 593 580	7 593 580
Movimentos do período: (5=5.1+5.2+5.3-5.4+5.5+5.6-5.7-5.8-5.9+5.10+5.11+5.12+5.13+5.14)	2 818 307	2 818 307
Aquisições através de concentrações de actividades empresariais	600 000	600 000
Parte do investidor nos resultados da investida	1 231 921	1 231 921
Distribuições recebidas da investida	-148 500	-148 500
Efeitos decorrentes de empréstimos concedidos	629 465	629 465
Perdas por imparidade	-2 500	-2 500
Outros movimentos do período	507 922	507 922
Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	10 411 888	10 411 888
Outros métodos		
Quantia bruta escriturada inicial	37 195	37 195
Quantia líquida escriturada inicial (10 = 7 - 8 + 9)	37 195	37 195
Movimentos do período: (11 = 11.1 + 11.2 + 11.3 + 11.4 + 11.5 + 11.6 + 11.7 + 11.8 + 11.9 + 11.10 + 11.11 + 11.12)	-4 106	-4 106
Outras aquisições	5 894	5 894
Alienações	-10 000	-10 000
Quantia líquida escriturada final (12 = 10 + 11)	33 090	33 090

Em 2016 houve um reforço da perda de imparidade dos investimentos financeiro no montante de € 2 500, com este aumento o valor da imparidade acumulada fica igual ao valor do empréstimo concedido à Soplasnor, pois não se espera conseguir recuperar este valor, uma vez que a participada não possui ativos para cobrir este valor.

Durante o ano de 2016 a Oliveira & Irmão, SA emprestou à OLI Sanitairsysteme, GmbH, que detém a totalidade do capital, a quantia de € 626 964.80. Foram debitados juros no montante de € 4 090.46.

Em 26-07-2016 a Oliveira & Irmão, SA procedeu ao aumento de capital da OLI RUS no montante de € 600 000. Com este aumento já foi possível reconhecer a parte do resultado líquido negativo da sua subsidiária relativo a 2015, que ainda não tinha sido reconhecido, uma vez que em 31-12-2015 o valor da subconta de investimentos financeiros era nulo.

Em 09-12-2016, parte da dívida da subsidiária OLI RUS no montante de € 450 424.50 foi utilizada para criar capital adicional, por isso este montante na empresa mãe foi contabilizado em prestações suplementares.

14. Inventários

Os inventários encontram-se detalhados como se segue:

EUR

Descrição	31-12-2016			31-12-2015		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	1 023 315	124 520	898 795	1 528 448	213 103	1 315 345
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2 078 158	85 214	1 992 945	1 944 646	85 617	1 859 029
Produtos acabados e intermédios	3 165 250	112 584	3 052 666	3 446 209	187 076	3 259 134
Total	6 266 724	322 318	5 944 406	6 919 304	485 796	6 433 508

O custo das mercadorias e das matérias consumidas é o seguinte:

EUR

Descrição	31-12-2016			31-12-2015		
	Mercadorias	Matérias primas, subs. consumo	Total	Mercadorias	Matérias primas, subs. consumo	Total
Inventários iniciais	1 528 448	1 944 646	3 473 094	2 802 785	1 826 511	4 629 297
Compras	2 883 365	18 309 481	21 192 846	3 584 097	18 282 875	21 866 972
Reclassificação e regularização de inventários	114 487	41 908	156 395	1 474 817	80 147	1 554 964
Inventários finais	1 023 315	2 078 158	3 101 473	1 528 448	1 944 646	3 473 094
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (5=1+2-3)	3 274 011	18 134 061	21 408 072	3 383 617	18 084 593	21 468 210
Ajustamentos/perdas por imparidade do período em inventários	124 520	85 214	209 734	144 939	28 256	173 195
Reversão de ajustamentos/perdas por imparidade do período em inventários	213 103	85 617	298 720			
Ajustamentos/perdas por imparidade acumuladas em inventários	124 520	85 214	209 734	213 103	85 617	298 720

A variação nos inventários da produção é a seguinte:

EUR

Descrição	31-12-2016			31-12-2015		
	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios e refugos	Produtos e trabalhos em curso	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios e refugos	Produtos e trabalhos em curso
Inventários finais	3 165 250			3 446 209		
Reclassificação e regularização de inventários	249 751			-74 476		
Inventários iniciais	3 446 209			3 303 862		
Variação nos inventários de produção (4=1+2-3)	-31 208			67 872		
Ajustamentos/perdas por imparidade do período em inventários	112 584			59 840		
Reversão de ajustamentos/perdas por imparidade do período em inventários	187 076			52 021		
Ajustamentos/perdas por imparidade acumuladas em inventários	112 584			187 076		

15. Rédito

O quadro seguinte detalha os réditos e outros rendimentos:

EUR

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Réditos reconhecidos no período:		
Vendas e Serviços Prestados	49 198 159	46 116 416
Vendas de bens	49 178 687	46 109 674
Prestação de serviços	19 472	6 742
Outros rendimentos	4 094	72
Juros obtidos	4 094	72
Outros rendimentos similares		
Total	49 202 253	46 116 489

16. Provisões do Exercício

As provisões para garantias a clientes, foram constituídas na proporção entre os encargos derivados destas garantias efetivamente suportados nos últimos três períodos de tributação e as vendas relativas ao mesmo período.

EUR

Descrição	2016		2015	
	Garantias a clientes	Total	Garantias a clientes	Total
Quantia escriturada inicial	35 421	35 421	38 062	38 062
Movimentos do período (2 = 2.1-2.2)	112	112	-2 640	-2 640
Total de aumentos	35 534	35 534	35 421	35 421
Reforço	35 534	35 534	35 421	35 421
Total de diminuições	35 421	35 421	38 062	38 062
Uso	34 723	34 723	34 020	34 020
Reversão	698	698	4 041	4 041
Quantia escriturada do exercício (3 = 1 + 2)	35 534	35 534	35 421	35 421
Quantia escriturada final	35 534	35 534	35 421	35 421

17. Subsídios

SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

EUR

DESCRIÇÃO	2016		2016		2015		2015	
	Subsídios do Estado e outros entes públicos		Subsídios de outras entidades		Subsídios do Estado e outros entes públicos		Subsídios de outras entidades	
	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período
Subsídios relacionados com activos/ao investimento: (1 = 1.1 + 1.2 + 1.3)	1 093 234	46 641			1 016 884	7 634		
Activos fixos tangíveis (1.1 = 1.1.1 + 1.1.2 + + 1.1.7)	1 093 234	46 641			1 016 884	7 634		
Outros	1 093 234	46 641			1 016 884	7 634		
Activos intangíveis (1.2 = 1.2.1+ 1.2.2 + + 1.2.4)								
Outros activos								
Subsídios relacionados com rendimentos/à exploração						82 215		
Valor dos reembolsos no período respeitantes a: (3 = 3.1 + 3.2)								
TOTAL (4 = 1 + 2 - 3)	1 093 234	46 641			1 016 884	89 849		

O valor dos subsídios obtidos do estado e outros entes públicos diz respeito ao programa de estágio e emprego e ao sistema de incentivo à Investigação & desenvolvimento.

18. Diferenças de Câmbio

EFETOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO		EUR	
Descrição	31-12-2016	31-12-2015	
Diferenças de Câmbio			
Reconhecidas em resultados do período:			
Diferenças de câmbio desfavoráveis	22 273	59 430	
Diferenças de câmbio favoráveis	52 466	27 034	

19. Acontecimentos após a data do balanço

Em 31-01-2017 foi deliberado um aumento de capital à sua subsidiária OLI Sanitarsysteme GmbH no montante de € 1 000 000, que foi concretizado em 23-02-2017.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 foram aprovadas pela administração e autorizadas para emissão em 24-02-2017.

20. Impostos sobre o rendimento

20.1 Divulgação dos componentes de gasto (rendimento) de impostos

QUANTIA ESCRITURADA DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO		EUR	
Descrição	31-12-2016	31-12-2015	
Resultado contabilístico do período (antes de impostos)	5 058 506	3 461 524	
Imposto corrente	-673 474	-151 711	
Imposto diferido	158 826	153 121	
Imposto sobre o rendimento do período (4 = 2 + 3)	-514 648	1 410	
Tributações autónomas	117 163	99 495	

DEDUÇÕES À COLETA REFERENTES A BENEFÍCIOS FISCAIS		EUR	
Descrição	31-12-2016	31-12-2015	
SIFIDE-Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial	322 950	451 404	
RFAI - Regime Fiscal de Apoio ao Investimento	190 882	339 048	
CFEI - Crédito Fiscal Extraordinário			
Total	513 832	790 452	

Referente ao SIFIDE de 2015 já nos foi concedido um crédito fiscal no montante de 117.835 reclamamos e estamos a aguardar a resposta, mas para a estimativa só consideramos o valor já aceite.
O valor RFAI deduzido à coleta em 2016 refere-se à parte restante do reporte de 2014 e à totalidade do benefício de 2015

A empresa regista ativos por impostos diferidos no montante de 103.193 euros relacionados com perdas de imparidade não aceites fiscalmente.

Regista também passivos por impostos diferidos no montante de 8.288 euros relacionados com reavaliações legais e 1.373.176 euros relacionados com reavaliações livres.

20.2 Relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e o lucro contabilístico

TAXA DE IMPOSTO, EFECTIVA MÉDIA		EUR
Descrição		Efeito na DR
Resultados e Outras Variações Patrimoniais Antes de impostos (1)		5 058 506
Taxa(s) do imposto (2)		21.00%
Imposto do Exercício Esperado (3) = (1) x (2)		1 062 286
Dif. Permanentes e Dif. Temporárias que não originaram ID. (4)		-143 933
Correções relativas a períodos anteriores		74 229
Anulação do efeito do método de equivalência patrimonial		-1 327 460
Provisões não dedutíveis		2 500
Insuficiência de estimativas para impostos		160
Multas e outras penalidades		2 930
Gastos não dedutíveis relativos a participação nos lucros dos OS		144 782
Perdas por imparidade em inventários e em créditos não aceites fiscalmente		457 652
Perdas por imparidade de ativos não correntes e depreciações e amortizações não aceites como gastos		563 621
Realizações nde utilidade social não dedutíveis		11 386
Mais e menos valias fiscais sem intenção de reinvestimento		335 812
Depreciações não dedutíveis		5 767
Diferença positiva entre o VPT do Imóvel e o valor do contrato		52 340
Donativos não previstos ou além dos limites legais		30 501
Reversão de perdas por imparidade tributadas		-485 796
Perdas por imparidade tributadas em períodos de tributação anteriores		-28 776
Mais valias contabilísticas		-361 117
Benefícios fiscais		-163 923
Benefícios fiscais (excepto DLRR e CFE) (5)		513 832
Impostos Diferidos (6)		158 826
Derrama Estadual (7)		86 193
Derrama (8)		65 597
Tributação Autónoma (9)		117 163
Imposto do Exercício Total (9) =(3) + (4) - (5) - (6)+(7)+(8)+(9)		514 648
Taxa Média de Imposto		10.17%
O Imposto sobre o Rendimento do Exercício é decomposto por:		
Imposto Corrente		-673 474
Imposto Diferido		158 826
		-514 648

21. Matérias ambientais

Em 2013, a Oliveira & Irmão, SA constitui uma garantia financeira em forma de reserva nos capitais próprios que permite à empresa assumir a responsabilidade ambiental inerente à sua atividade, exigível pelo decreto-lei 147/2008, de 20 de Julho e alterações subsequentes. Esta reserva de responsabilidade ambiental foi constituída no montante de € 100 000 por transferência de outras reservas.

22. Instrumentos financeiros

22.1. Divulgação de valores de terceiros

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO

EUR

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Clientes	10 364 920	9 095 706
Conta corrente	10 167 648	8 935 970
Titulos a receber	159 506	149 802
Cobrança duvidosa	739 145	541 337
Imparidades	-701 379	-531 403
Adiantamentos de Clientes	11 759	230
Fornecedores	7 657 181	6 906 844
Outras dívidas a pagar	3 003 519	4 156 282
Pessoal	7 069	2 419
Fornecedores investimentos	827 316	1 810 062
Credores por acréscimos de gastos - juros	30 380	37 478
Credores por acréscimos de gastos - seguros	82	9 060
Credores por acréscimos de gastos - fim do mês	2 077	
Credores por acréscimos de gastos - sem conta corrente	31	
Credores por acréscimos de gastos - cartões de crédito	5 405	
Credores por acréscimos de gastos - férias e subsídios de férias	1 548 848	1 413 703
Credores por acréscimos de gastos - comissões	32 421	33 327
Credores por acréscimos de gastos - rappel	225 402	244 873
Credores por acréscimos de gastos - pontos	149 866	75 000
Credores por acréscimos de gastos - outros	162 775	204 216
Outros credores	11 846	326 143
Outros créditos a receber	363 274	426 745
Adiantamentos a fornecedores	93 660	75 470
Pessoal	12 105	14 629
Devedores por acréscimos de rendimentos - juros	4 090	
Devedores por acréscimos de rendimentos - subsídios		58 265
Devedores por acréscimos de rendimentos - outros	122 144	118 230
Outros devedores	131 275	160 151
Total	21 400 653	20 585 808

22.2. Estado e outros Entes Públicos

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO

EUR

Descrição	31-12-2016			31-12-2015		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Estado e outros entes públicos						
Ativos						
Imposto sobre o rendimento	81 913		81 913	443 613		443 613
Imposto sobre o valor acrescentado	370 847		370 847	448 790		448 790
Total	452 760		452 760	892 403		892 403
Passivos						
Imposto sobre o rendimento						
Retenção de impostos sobre rendimentos	110 157		110 157	108 347		108 347
Outros impostos	69		69	49		49
Contribuições para a segurança social	194 518		194 518	176 964		176 964
Total	304 745		304 745	285 360		285 360

22.3. Diferimentos

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO

EUR

Descrição	31-12-2016			31-12-2015		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Diferimentos						
Ativos						
Gastos a reconhecer - juros	9 335		9 335	46 110		46 110
Gastos a reconhecer - seguros	5 095		5 095	40 683		40 683
Gastos a reconhecer - moldes propriedade cliente	26 697		26 697	255 866		255 866
Gastos a reconhecer - artigos proteção	1 478		1 478	1 199		1 199
Gastos a reconhecer - artigos marketing	98 836		98 836	36 715		36 715
Gastos a reconhecer - artigos oferta	2 599		2 599	2 768		2 768
Gastos a reconhecer - serviços em transito	16 225		16 225	7 381		7 381
Gastos a reconhecer - outros	132 928		132 928	55 343		55 343
Total	293 193		293 193	446 065		446 065
Passivos						
Rendimentos a reconhecer - moldes	168 865		168 865	168 903		168 903
Rendimentos a reconhecer - outros	29 421		29 421	19 802		19 802
Total	198 286		198 286	188 705		188 705

22.4. Ativos e Passivos Financeiros

INFORMAÇÃO RELATIVA A ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS EM 2016

EUR

Descrição	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada
Ativos Financeiros:			
Clientes		10 364 920	701 379
Outros créditos a receber		363 274	
Passivos Financeiros:			
Fornecedores		7 657 181	
Adiantamentos de clientes		11 759	
Financiamentos obtidos	1 341 390	14 547 018	
Outras dívidas a pagar		3 003 519	

INFORMAÇÃO RELATIVA A ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS EM 2015

EUR

Descrição	Mensurados ao justo valor através resultados	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada
Ativos Financeiros:			
Clientes		9 095 706	531 403
Outros créditos a receber		426 745	
Passivos Financeiros:			
Fornecedores		6 906 844	
Adiantamentos de clientes		230	
Financiamentos obtidos		17 511 784	
Outras dívidas a pagar		4 156 282	

22.5. Caixa

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO

EUR

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Caixa e depósitos bancários		
Ativos		
Caixa	8 657	17 228
Depósitos à ordem	218 579	549 480
Total	227 235	566 708

22.6. Financiamentos

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO

EUR

Descrição	31-12-2016			31-12-2015		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Financiamentos obtidos						
Instituições de crédito e sociedades financeiras	5 924 678	8 622 340	14 547 018	6 069 497	10 091 089	16 160 586
Outros financiadores	111 363	1 230 027	1 341 390		1 351 198	1 351 198
Total	6 036 041	9 852 367	15 888 408	6 069 497	11 442 287	17 511 784

22.7. Capital

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO

EUR

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Capital próprio		
Capital subscrito	10 000 000	10 000 000
Reservas legais	2 000 000	2 000 000
Outras reservas	3 138 457	3 138 457
Resultados transitados	-650 265	-2 466 391
Excedentes de revalorização	6 587 092	6 587 092
Ajustamentos / outras variações capital próprio	5 484 879	4 414 162
Resultado líquido do período	4 543 859	3 462 934
Total	31 104 022	27 136 253

22.8. Divulgação de informação de imparidades

PERDAS POR IMPARIDADE EM ACTIVOS FINANCEIROS AO CUSTO EM 2016

EUR

Descrição	Perdas por imparidade ano	Reversões de perdas por imparidade	Acumulado
Dívidas a receber de clientes	182 513		701 379
Inventários - mercadorias	124 520	213 103	124 520
Inventários - matérias primas	85 214	85 617	85 214
Inventários - produtos acabados	112 584	187 076	112 584
Total	504 831	485 796	1 023 697

PERDAS POR IMPARIDADE EM ACTIVOS FINANCEIROS AO CUSTO EM 2015

EUR

Descrição	Perdas por imparidade ano	Reversões de perdas por imparidade	Acumulado
Dívidas a receber de clientes	49 500.03		531 403
Inventários - mercadorias	144 939	39 842	213 103
Inventários - matérias primas	28 256		85 617
Inventários - produtos acabados	59 840	12 179	187 076
Total	282 534	52 021	1 017 199

22.9. Informação das dívidas de Cobrança Duvidosa

DÍVIDAS REGISTRADAS COMO DE COBRANÇA DUVIDOSA

EUR

Descrição	2016	2015
Relativas a proc de insolvência e de recuperação de empresas ou proc de execução		
Reclamadas judicialmente	208 701	232 937
Em mora:	492 678	298 466
Há mais de vinte e quatro meses	280 639	187 474
Há mais de dezoito meses e até vinte e quatro meses	30 790	106 878
Há mais de doze meses e até dezoito meses	29 246	162
Há mais de seis meses e até doze meses	152 002	3 952
Até seis meses		
Total	701 379	531 403

23. Divulgação de informação de Fornecimentos e Serviços

Externos:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS		EUR	
Descrição	31-12-2016	31-12-2015	
Subcontratos	1 511 237	1 081 064	
Trabalhos especializados	967 990	982 279	
Publicidade e propaganda	708 661	470 465	
Vigilância e segurança	77 510	80 151	
Honorários	44 679	55 667	
Comissões	351 352	310 027	
Conservação e reparação	788 068	820 506	
Outros	366 938	159 623	
Total serviços especializados	3 305 198	2 878 719	
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	264 686	300 341	
Livros e documentação técnica	867	1 724	
Material de escritório	10 327	20 077	
Artigos para oferta	38 433	45 594	
Outros	42 053	17 309	
Total materiais	356 365	385 045	
Electricidade	914 458	864 195	
Combustíveis	70 014	70 745	
Água	23 777	16 764	
Outros	2 304	1 687	
Total energias e fluídos	1 010 552	953 392	
Deslocações e estadas	513 078	520 732	
Transporte de mercadorias	2 145 359	2 107 094	
Total deslocações, estadas e transportes	2 658 437	2 627 826	
Rendas e alugueres	59 720	45 651	
Comunicação	61 854	66 989	
Seguros	200 508	173 998	
Royalties	1 156	2 048	
Contencioso e notariado	5 917	9 758	
Despesas de representação	388 265	355 469	
Limpeza, higiene e conforto	62 373	55 848	
Outros serviços	6 558	6 496	
Total serviços diversos	786 350	716 256	
Total fornecimentos e serviços externos	9 628 139	8 642 301	

24. Divulgação de informação de Gastos com o Pessoal

PESSOAS AO SERVIÇO E HORAS TRABALHADAS

Descrição	2016		2015	
	Número médio de pessoas	Número de horas trabalhadas	Número médio de pessoas	Número de horas trabalhada
Pessoas ao serviço da empresa, remuneradas e não remuneradas:				
Pessoas remuneradas ao serviço da empresa	373	661 441	369	658 786
Pessoas não remuneradas ao serviço da empresa				
Pessoas ao serviço da empresa, por tipo de horário:				
Pessoas ao serviço da empresa a tempo completo	373	661 441	369	658 786
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo completo	373	661 441	369	658 786
Pessoas ao serviço da empresa a tempo parcial				
Das quais: Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo parcial				
Pessoas ao serviço da empresa, por sexo:				
Homens	181	328 993	180	331 555
Mulheres	192	332 448	189	327 231
Pessoas ao serviço da empresa, das quais:				
Pessoas ao serviço da empresa, afectas à investigação e desenvolvimento	78		73	
Prestadores de serviços	19	7 278	16	6 129
Pessoas colocadas através de agências de trabalho temporário	75		67	

GASTOS COM O PESSOAL

EUR

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Gastos com o pessoal	10 369 672	9 987 537
Remunerações dos órgãos sociais	540 895	645 978
Das quais: Participação nos lucros	225 148	236 888
Remunerações do pessoal	6 947 515	6 633 394
Encargos sobre remunerações	1 581 863	1 518 781
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	55 470	66 053
Gastos de acção social	127 824	113 531
Outros gastos com pessoal	1 116 105	1 009 800
Dos quais:		
Trabalho temporário	1 013 760	933 119
Gastos com formação	70 316	49 023

25. Divulgação de informação de Outros Rendimentos

OUTROS RENDIMENTOS

EUR

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Rendimentos suplementares	757 463	731 923
Descontos de pronto pagamento obtidos	81 561	76 844
Recuperação dívidas a receber	7 491	
Ganhos em inventários		242 001
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	52 487	27 038
Rendimentos e ganhos em investimentos não Financeiros	361 126	29 750
Outros	75 923	29 165
Juros obtidos	4 094	72
Total outros rendimentos	1 340 145	1 136 793

26. Divulgação de informação de Outros gastos

OUTROS GASTOS		EUR	
Descrição	31-12-2016	31-12-2015	
Impostos	74 844	82 128	
Descontos de pronto pagamento concedidos	379 260	348 827	
Dívidas incobráveis		15 128	
Perdas em inventários	215 149	153 015	
Gastos e Perdas nos restantes Investimentos Financeiros	1 650		
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	628	24 281	
Outros			
Correcções relativas a períodos anteriores	74 229	20 657	
Donativos	36 165	32 987	
Quotizações	7 440	11 578	
Ofertas e amostras em inventários	87 747	101 313	
Insuficiência da Estimativa de Impostos	160	1 677	
Moldes Propriedade e comparticipação clientes	280 460	51 601	
Diferenças de câmbio desfavoráveis	22 273	59 430	
Comissões e outros gastos bancários	34 272	25 317	
Outros	27 969	30 527	
Total outros gastos	1 242 245	958 468	

27. Divulgação de informação de juros e gastos similares suportados

JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS		EUR	
Descrição	31-12-2016	31-12-2015	
Juros suportados	335 334	447 879	
Total juros e gastos similares suportados	335 334	447 879	

28. Divulgação de informação gastos de depreciações

GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES		EUR	
Descrição	31-12-2016	31-12-2015	
Propriedades Investimento	268 953	84 901	
Edifícios	268 953	84 901	
Ativos fixos tangíveis	3 040 800	2 510 881	
Edifícios	898 477	785 965	
Equipamento básico	1 873 430	1 489 237	
Equipamento transporte	143 023	114 507	
Equipamento administrativo	111 827	103 770	
Outros ativos fixos tangíveis	14 043	17 401	
Ativos intangíveis	180 086	81 722	
Projectos desenvolvimento	19 947	11 636	
Programas Computador	160 140	70 086	
Total gastos de depreciações e amortizações	3 489 839	2 677 503	

29. Divulgações exigidas por diplomas legais

De acordo com o decreto-lei nº 534/80 e artigo 210º CRCSPSS, cumpre referir que não há situações de mora relativamente a entidades do sector público estatal e não se verificam outras situações que impliquem referência obrigatória.

Foram emitidas certidões comprovativas da situação regularizada, válidas à data de encerramento do Balanço, em 31 de Dezembro de 2016, junto da Administração Fiscal e da Segurança Social.

30. Outras Divulgações exigidas por diplomas legais

A portaria 208/2007 de 16 de Fevereiro que cria a IES (informação empresarial simplificada) exige divulgação de informação que passamos a relatar:

30.1 Divulgação por atividades económicas

INFORMAÇÃO POR ATIVIDADES ECONÓMICAS 2016

EUR

	CAE - 22230	CAE - 46740	CAE - 41100	Total
Vendas:	44 536 552	3 867 135	775 000	49 178 687
Mercadorias		3 867 135	175 000	4 042 135
Produtos acabados e intermédios, subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	44 536 552		600 000	45 136 552
Prestações de serviços		19 472		19 472
Compras	18 309 481	2 883 365		21 192 846
Fornecimentos e serviços externos	8 469 409	1 061 311	97 418	9 628 139
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:	18 134 061	2 983 064	290 947	21 408 072
Mercadorias		2 983 064	290 947	3 274 011
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	18 134 061			18 134 061
Variação nos inventários da produção	-583 923		615 131	31 208
Número médio de pessoas ao serviço	302	71		373
Gastos com o pessoal:	9 130 554	1 239 119		10 369 672
Remunerações	6 525 720.96	962 688.51		7 488 409.47
Outros (inclui pensões)	2 604 832.61	276 430.16		2 881 262.77
Ativos fixos tangíveis:				
Quantia escriturada líquida final	20 962 152	4 166 184		25 128 336
Total de aquisições	3 170 810	41 371		3 212 181
Das quais: em Edifícios e outras construções	867 026	9 871		876 896
Adições no período de activos em curso	2 720 239	8 874		2 729 113
Propriedades de investimento:				
Quantia escriturada líquida final			5 624 808	5 624 808

INFORMAÇÃO POR ATIVIDADES ECONÓMICAS 2015

EUR

	CAE - 22230	CAE - 46740	CAE - 41100	Total
Vendas:	41 543 624	4 360 051	206 000	46 109 674
Mercadorias		4 360 051	81 000	4 441 051
Produtos acabados e intermédios, subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	41 543 624		125 000	41 668 624
Prestações de serviços		6 742		6 742
Compras	18 282 875	3 493 734	90 363	21 866 972
Fornecimentos e serviços externos	7 630 178	979 941	32 182	8 642 301
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:	18 084 593	3 383 617		21 468 210
Mercadorias		3 383 617		3 383 617
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	18 084 593			18 084 593
Variação nos inventários da produção	-67 872			-67 872
Número médio de pessoas ao serviço	302	68		369
Gastos com o pessoal:	8 751 130	1 236 407		9 987 537
Remunerações	6 305 313.47	974 057.96		7 279 371.43
Outros (inclui pensões)	2 445 816.39	262 348.76		2 708 165.15
Ativos fixos tangíveis:				
Quantia escriturada líquida final	21 106 363	4 402 351		25 508 714
Total de aquisições	4 889 022	83 378		4 972 400
Das quais: em Edifícios e outras construções	936 968	35 794		972 762
Adições no período de activos em curso	4 093 307	32 549		4 125 856
Propriedades de investimento:				
Quantia escriturada líquida final			6 140 139	6 140 139

30.2 Divulgação por mercados geográficos

INFORMAÇÃO POR MERCADOS GEOGRÁFICOS RELATIVA AO ANO DE 2016

EUR

Descrição	Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas	11 173 987	28 094 342	9 910 358	49 178 687
Prestações de serviços	19 472			19 472
Compras	11 113 195	9 350 985	728 667	21 192 846
Fornecimentos e serviços externos	7 569 698	1 807 154	251 286	9 628 139
Aquisições de activos fixos tangíveis	3 095 571	116 610		3 212 181
Outros rendimentos suplementares	307 514	281 908	168 041	757 463

INFORMAÇÃO POR MERCADOS GEOGRÁFICOS RELATIVA AO ANO DE 2015

EUR

Descrição	Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas	10 595 213	26 163 183	9 351 278	46 109 674
Prestações de serviços	6 742			6 742
Compras	10 854 508	9 878 418	1 134 046	21 866 972
Fornecimentos e serviços externos	6 583 963	1 711 317	347 021	8 642 301
Aquisições de activos fixos tangíveis	4 641 780	309 619	21 000	4 972 400
Outros rendimentos suplementares	269 858	384 830	77 235	731 923

30.3 Divulgação dos honorários do revisor oficial de contas

O Código das Sociedades Comerciais no seu artigo 66º- A do Código das Sociedades Comerciais exige a divulgação dos serviços prestados pelo Revisor Oficial de Contas

HONORÁRIOS FATURADOS

EUR

Descrição	2016	2015
Revisão legal das contas	12 000	12 250
Outros serviços		
Totais	12 000	12 250

30.4 – Proposta de aplicação de resultados

Em conformidade com o disposto no Código das Sociedades Comerciais, atendendo a que o resultado líquido do exercício é de € 4 543 858.54€, propomos a seguinte aplicação de resultados:

Para Cobertura de resultados transitados	€ 650 264.54
Para Lucros não atribuídos	€ 1 137 269.62
Para Dividendos	€ 750 000.00
Para Outras Reservas	€ 2 006 324.38

31. Informação de garantias prestadas

EUR

Garantias Prestadas	Beneficiário	Valor
Garantias Bancárias		
Caixa Geral de Depósitos	APCMC	16 000
Banco Santander Totta	IAPMEI	353 090

Contabilista Certificado

Conselho de Administração

V. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal – Contas Individuais

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas:

Nos termos da lei, dos estatutos e do mandato que nos conferiram vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e o Parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras individuais apresentadas pelo Conselho de Administração da **Oliveira & Irmão, S A**, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

Relatório

1. No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Empresa tendo recebido todo o apoio da Administração da Empresa, recebendo todos os esclarecimentos que solicitámos.
2. No âmbito das nossas funções verificámos que:
 - 2.1 As Demonstrações Financeiras individuais foram preparadas tendo por base uma contabilidade organizada de acordo com as disposições legais em vigor no nosso país.
 - 2.2 As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados às circunstâncias, estão de acordo com as normas contabilísticas em vigor no nosso país e estão explicitados no Anexo.
 - 2.3 O Relatório de Gestão, preparado de acordo com o Código das Sociedades Comerciais e outra legislação aplicável, é suficientemente esclarecedor, evidenciando os aspetos mais significativos.
 - 2.4 A proposta de aplicação dos resultados encontra-se devidamente fundamentada.
3. Os termos da Certificação Legal das Contas e do Relatório de Conclusões e Recomendações de Auditoria emitidos pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas foram ponderados e, merecendo a nossa concordância, são assumidos como parte integrante do presente relatório.

Parecer

4. Face do exposto no Relatório, tendo em atenção que a contabilidade, as demonstrações financeiras individuais e o relatório da Administração, juntamente com a Certificação Legal das Contas não modificada e o Relatório de Conclusões e Recomendações de Auditoria satisfazem as disposições legais e estatutárias, traduzindo a posição financeira e os resultados obtidos pela empresa no exercício, e não tendo tomado conhecimento de qualquer violação da lei e dos estatutos somos de parecer que a Assembleia-Geral Anual da Sociedade:
 - a) Aprove o Relatório de Gestão, bem como as Demonstrações Financeiras individuais, apresentados pelo Conselho de Administração, respeitantes ao exercício de 2016;
 - b) Aprove a proposta de aplicação dos resultados contida naquele Relatório;
 - c) Proceda à apreciação geral da Administração e da Fiscalização da Sociedade.

Aveiro, 3 de Abril de 2017

O Conselho Fiscal

Eng. João Paulo Araújo Oliveira

-Presidente

Jorge Silva, Neto, Ribeiro & Pinho, Sroc, Lda., representada por

António Rodrigues Neto

-Vogal

VI. Certificação Legal de Contas – Contas Individuais

Jorge Silva, Neto, Ribeiro & Pinho, Sroc, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATORIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Oliveira & Irmão, S.A.**, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2016, (que evidencia um total de 59.584.916,15 euros e um total de capital próprio de 31.104.021,62 euros, incluindo um resultado líquido de 4.543.858,54 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira de Oliveira & Irmão, S.A. em 31 Dezembro 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

A Empresa possui duas propriedades de investimento adquiridas recentemente. Tal como consta do ponto 12 do Anexo, a Administração não promoveu a determinação do seu justo valor por entender que, dado o curto período decorrido entre a aquisição das mesmas e a data de referência das demonstrações financeiras e atendendo à estagnação do mercado imobiliário, a haver diferença entre a quantia escriturada e o justo valor das referidas propriedades de investimento, essas diferenças não será relevante.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

Jorge Silva, Neto, Ribeiro & Pinho, Sroc, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova

Jorge Silva, Neto, Ribeiro & Pinho, Sroc, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Aveiro, 3 de Abril de 2017

*Jorge Silva, Neto, Ribeiro & Pinho, Sroc, Lda., representada por
António Rodrigues Neto*

VII. Relatório do Conselho de Administração – Contas Consolidadas

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias apresentamos e submetemos à apreciação da Assembleia Geral o Relatório de Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas referentes ao exercício de 2016.

O perímetro de consolidação da Oliveira & Irmão, SA, em 2016, inclui as seguintes entidades:

- Oliveira & Irmão, SA. (Sociedade Mãe);
- OLI, SRL., detida em 99,0%;
- OLI Rus OOO, detida a 100%;
- OLI Sanitärssysteme, GmbH, detida a 100%;
- Moldaveiro - Moldes, Lda., detida em 83,0%;
- Soplasnor - Sociedade Plásticos do Norte, SA., detida em 100%.

A OLI, SRL., com sede em Casto, Província de Brescia (Itália), mantém a sua atividade distribuidora em Itália dos produtos industriais da sociedade-mãe, complementando esta atividade com uma interessante atividade de reexportação (e de divulgação) dos produtos da sociedade-mãe em mercados com maior afinidade com Itália, fazendo ainda a articulação de parcerias comerciais com alguns importantes grupos do sector, com centros de decisão em Itália (ou de relacionamento privilegiado nesse mercado). Recentemente (sobretudo em 2016) potenciou a atividade de produção de peças por injeção para terceiros, melhorando assim a utilização dos equipamentos, das competências industriais e potenciando o volume de negócios.

A OLI RUS, com sede em Moscovo (Rússia), criada em 2015 com intuítos meramente comerciais (distribuição no mercado russo dos produtos da empresa mãe), acabou (como era desejo inicial, note-se) por se transformar numa empresa comercial e industrial. Na segunda metade de 2016, ao arrancar com a produção de componentes para a indústria cerâmica, iniciou este novo ciclo de vida. Assim, por um lado importa e distribui na Rússia os produtos industriais da casa mãe, por outro lado produz localmente componentes que fornece à indústria cerâmica local, pretendendo afirmar-se como um actor importante neste sector, ao produzir localmente produtos com características técnicas equivalentes às da empresa mãe, posicionando-se acima dos produtores locais, seja em qualidade, seja em serviço e, obviamente, em preço.

A OLI Sanitärssysteme, com sede em Möckmühl (Alemanha), criada em finais de 2015 com vista a desenvolver no mercado germânico a distribuição dos nossos produtos, permitindo uma presença mais

próxima junto de potenciais clientes e um desenvolvimento da notoriedade da nossa marca e da nossa presença neste importante mercado europeu. Ao longo de 2016 negociou vários contratos com potenciais clientes locais. Os negócios deverão aparecer ao longo de 2017.

A Moldaveiro - Moldes, Lda., com sede em Aveiro, que produz moldes para a injeção de plástico, trabalha essencialmente para a sociedade-mãe, continuando a desempenhar um papel estrategicamente importante, seja pela capacidade de projetar e produzir moldes adaptados às especificidades da nossa indústria, dos nossos clientes e dos mercados, seja em assegurar a normal e atempada manutenção dos moldes da sociedade-mãe.

A Soplasnor, com sede em Matosinhos está neste momento em fase de liquidação de todos os seus ativos e passivos.

No que diz respeito ao volume de negócios consolidado verificou-se um aumento de 7%, tendo atingido o valor total de € 57 237 449. Para este aumento contribuíram essencialmente as Oliveira & Irmão, a OLI, SRL. e a OLI-RUS.

Em termos de desempenho económico e financeiro, os dados consolidados refletem a seguinte evolução:

- O resultado líquido consolidado sofreu uma ligeira diminuição, de 13% originada essencialmente pelo maior valor de imposto sobre o rendimento apurado, já que o resultado antes de imposto é idêntico ao de 2015.
- O Cash-Flow registou um aumento de 3% cifrando-se em € 7 347 112.
- Igualmente ao nível do EBITDA consolidado verifica-se um aumento de 13%, atingindo os € 8 892 136, equivalente a 15.5% do volume de negócios.
- O endividamento bancário líquido consolidado registou uma diminuição de € 1 539 104, cifrando-se nos em € 17 463 404.
- A autonomia financeira consolidada foi de 46.7%.

Em termos de estratégia de grupo, queremos concentrar-nos no nosso core business, procurando fortalecer as empresas que sustentam a base do negócio, a saber:

- As subsidiárias, italiana e alemã, desempenharão um papel importante como veículo de distribuição dos produtos da sociedade-mãe nos mercados respetivos.
- A subsidiária russa, agora como unidade industrial complementar à sociedade-mãe, tendo por objetivo o abastecimento dos mercados do leste europeu, em termos económicos mais competitivos.

- A Moldaveiro, como instrumento importante para fornecer moldes à sociedade-mãe, em condições técnicas e de oportunidade excelentes (a par com a cada vez mais exigente manutenção dos moldes existentes), com um papel cada vez mais importante na prestação e desempenho da sociedade-mãe, dada a complexidade de algumas das parcerias desta com clientes importantes, mas que procurará complementar esta atividade com a produção e venda de moldes para a indústria europeia, de modo a equilibrar o portfolio de clientes e a manter-se competitiva, técnica e economicamente. A Moldaveiro vai, em 2017, construir novas instalações para potenciar a atividade industrial.
- A Oliveira & Irmão, SA, sociedade-mãe, que se deve afirmar como núcleo central e motor do pequeno grupo de empresas que a integram.

O relatório da sociedade-mãe foi elaborado de modo a refletir, de forma adequada, a estratégia de atuação de grupo, tendo em conta a proximidade e afinidade de objetivos estratégicos existentes entre as várias sociedades. A fim de evitarmos repetições desnecessárias e fastidiosas, consideramos aquele relatório como parte integrante deste e aqui implicitamente reproduzido.

Passamos a fazer uma análise sucinta, para cada uma das empresas procurando indicar, os aspetos mais significativos no que respeita à estratégia de grupo:

Oliveira & Irmão

Os vários documentos que antecedem este relatório são elucidativos relativamente ao peso e posicionamento desta empresa como núcleo do grupo. Como acabamos de referir, esta empresa afirma-se cada vez mais, como núcleo e motor das demais empresas do grupo (agora mais concentrado e coeso).

É forte determinação da Administração reforçar, por vários meios, a competitividade da empresa, melhorando as quotas de mercado nos vários mercados em que está presente, olhando ainda com atenção para as geografias mais distantes, mas onde há oportunidades de negócio e a possibilidade de estabelecer novas parcerias.

Cientes de que a diferenciação e a notoriedade se conseguem pela inovação e qualidade dos produtos, a OLI tem privilegiado projetos de ID com impacto direto na sua atividade, estabelecendo uma cooperação estratégica com as melhores redes de conhecimento em áreas científicas e tecnológicas de relevo para a sua atuação no setor, ciente de que esta partilha de conhecimento é fundamental para viabilizar e potenciar novas e singulares oportunidades de criação de valor. Refira-se as parcerias com organizações integrantes do Sistema Científico e Tecnológico nomeadamente com Universidades, bem

como com associações para a promoção da ID e também alguns fornecedores e clientes. O registo da propriedade intelectual produzida continua a ser um desígnio de natureza estratégica que nos permite ser uma referência no sector.

OLI, SRL.

Como foi referido esta empresa é, sobretudo, a filial comercial italiana da sociedade-mãe, distribuindo em Itália os produtos da Oliveira & Irmão. Complementa, porém, esta atividade com a distribuição (reexportação ou “representação”) em alguns mercados, por razões de maior afinidade com esses mercados daqueles produtos. Esta estratégia tem-se mostrado acertada, na medida em que permite otimizar o potencial de vendas da sociedade-mãe com uma complementaridade que potencia a rentabilidade das duas empresas.

De destacar também a crescente atividade industrial que esta participada tem vindo a desenvolver, nomeadamente no desenvolvimento de soluções para OEMs existentes no mercado italiano.

As vendas desta sociedade apresentaram um aumento de 17%, atingindo o valor de € 15 746 250. Em termos de resultados líquidos houve um aumento de 50% em relação a 2015. O resultado líquido atingiu € 1 128 781.

OLI Rus

A empresa que fora criada em 2015 e numa primeira fase dedicada à comercialização e distribuição de produtos da sociedade-mãe, avançou em setembro de 2016 para a produção local de componentes para a indústria cerâmica sanitária. Atingiu em 2016 um volume de negócios equivalente a € 983 195 e um resultado líquido negativo equivalente a € 18 706.

OLI Sanitärsysteme

A empresa, constituída em Dezembro de 2015, está ainda em fase de arranque e afirmação comercial no exigente mercado alemão. O ano de 2016 foi, sobretudo, um ano de contactos e negociação de contratos cujos resultados aparecerão em 2017. As vendas atingiram os € 144 439 e o resultado líquido foi negativo no montante de € 632 844.

Moldaveiro

Esta empresa continua a trabalhar em grande medida para a sociedade-mãe, embora tenha planos de expansão a curto prazo com vista a aumentar a sua atividade nos próximos anos. Estes planos passam pela construção já em 2017 de um novo edifício industrial, dotando a empresa de uma infraestrutura que lhe permitirá fazer face aos desafios estratégicos futuros.

O volume de negócios em 2016 foi de € 2 026 398 e o resultado líquido foi de € 292 200.

Soplasnor

A empresa está na sua fase final de liquidação e a dissolução ocorrerá em 2017. O resultado líquido negativo da Soplasnor ascendeu a € 26 450.

Estratégias futuras

Oliveira & Irmão

Reafirmamos apenas a determinação em diversificar mercados e otimizar as vendas por via de um reforço da marca OLI e de uma melhor segmentação de mercados, seja em termos geográficos, seja em termos de tipologia de clientes.

Subsidiárias OLI (Alemanha, Itália e Rússia)

Serão privilegiados instrumentos para o desenvolvimento da estratégia do grupo OLI procurando potenciar a qualidade, inovação e notoriedade dos seus produtos, nos mercados respetivos. Investiremos nesta via para potenciar e consolidar as nossas posições comerciais nos mercados que estas abrangem.

No caso particular da OLI RUS, onde como acima referimos, acabamos de arrancar com a produção de componentes para a indústria cerâmica, daremos particular ênfase à vertente industrial, que esperamos venha, a prazo, a afirmar-se como uma unidade complementar da empresa mãe, alargando a sua área de ação aos mercados daquela região.

Moldaveiro

A Moldaveiro deve continuar o labor dos últimos anos no sentido de melhorar a capacidade técnica e aliar a essa maior capacidade técnica uma maior velocidade de projeto e execução de moldes, seja para melhor servir a sociedade-mãe, seja para melhorar a competitividade (não só em preço, mas sobretudo em prazo). Como referido, com o investimento numa nova unidade industrial e o potenciamento da capacidade de produção, a Moldaveiro deverá procurar novos clientes e novos mercados, seja no grupo Fondital que integra via Oliveira & irmão, seja fora do grupo.

Soplasnor

Tal como referido a empresa será dissolvida em 2017.

Conclusão

A terminar queremos reafirmar a nossa determinação em potenciar o valor da empresa, seja pela via do aumento da faturação e presença nos mercados, seja pela via da eficiência e rentabilidade, seja ainda pela via da constante procura de novas soluções que potenciem o conforto dos utilizadores dos nossos



produtos, seja pela via da perseguição dos desígnios de sustentabilidade ambiental, quer por via do uso dos nossos produtos, quer por via da otimização dos nossos processos de fabrico.

Procuraremos que as empresas do grupo funcionem numa lógica de integração e complementaridade, fieis aos princípios e desígnios da sociedade mãe, contribuindo para a realização dos objetivos comuns.

Aveiro, 07 de Abril de 2017

O Conselho de Administração,

António Manuel Moura de Oliveira

Rui Alberto Moura de Oliveira

Graça Maria Moura de Oliveira

PierAndreino Niboli

Federica Niboli

VIII. Demonstrações financeiras consolidadas

Balanço Consolidado em 31.12.2016 e 31.12.2015

EUR

Rubricas	Notas	Períodos	
		31.12.2016	31.12.2015
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7;9;11	30 414 784	29 723 149
Propriedades de investimento	12	5 952 703	6 488 805
Ativos intangíveis	6;11	683 383	552 513
Participações financeiras - Método da equivalência patrimonial	5;13;14;15	707	708
Outros investimentos financeiros	14	34 377	38 002
Ativos por impostos diferidos	22	216 256	28 246
		37 302 211	36 831 422
Ativo corrente			
Inventários	16	8 453 148	8 210 967
Cientes	24	15 766 115	14 586 542
Estado e outros entes públicos	24	829 213	1 134 502
Outros créditos a receber	24	625 160	803 676
Diferimentos	24	332 199	360 881
Ativos não correntes detidos para venda	8	91 288	91 288
Caixa e depósitos bancários	4	1 844 150	4 078 240
		27 941 274	29 266 096
Total do Ativo		65 243 485	66 097 517
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital subscrito	24	10 000 000	10 000 000
Outros instrumentos de capital próprio	24	4 653	4 653
Reservas legais	24	2 000 000	2 000 000
Outras reservas	23;24	3 138 457	3 138 457
Resultados transitados	24	4 897 303	1 818 726
Excedentes de revalorização	7;24	6 587 092	6 587 092
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	24	144 982	148 949
Resultado líquido consolidado do período	24	3 274 971	3 734 504
Interesses que não controlam	24	435 523	377 781
Total do Capital Próprio		30 482 981	27 810 162
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	18	246 568	218 507
Financiamentos obtidos	9;10	9 927 832	11 534 885
Passivos por impostos diferidos	22	1 389 474	1 449 873
		11 563 874	13 203 265
Passivo corrente			
Fornecedores	24	9 461 724	8 881 964
Adiantamentos de clientes	24	13 948	1 211
Estado e outros entes públicos	24	718 179	767 214
Financiamentos obtidos	9;10	9 379 722	11 545 862
Outras dívidas a pagar	24	3 424 437	3 693 586
Diferimentos	24	198 619	194 253
		23 196 630	25 084 090
Total do Passivo		34 760 504	38 287 355
Total do Capital Próprio e do Passivo		65 243 485	66 097 517



Demonstração consolidada dos resultados por naturezas do período findo em 31.12.2016 e 31.12.2015

EUR

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Períodos	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	17;30	57 237 449	53 388 043.68
Subsídios à exploração	19	2 377	83 449
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	13	28	20
Variação nos inventários da produção	16	152 901	102 826
Trabalhos para a própria entidade		1 217 327	1 756 834
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	16;30	-23 616 896	-23 769 260
Fornecimentos e serviços externos	25	-12 371 387	-10 945 323
Gastos com pessoal	5;26	-13 847 272	-12 685 158
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	16	320 311	-176 688
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	24	-125 485	28 318
Provisões (aumentos/reduções)	18	-34 836	-41 975
Outros rendimentos	17;20;27	2 422 440	1 731 066
Outros gastos	20;28	-2 464 821	-1 594 212
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		8 892 136	7 877 942
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6;7;9;12	-3 924 792	-3 097 039
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-246 377	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		4 720 967	4 780 903
Juros e gastos similares suportados	29	-367 479	-478 088
Resultado antes de impostos		4 353 487	4 302 815
Imposto sobre rendimento do período	22	-1 017 554	-480 720
Resultado líquido do período		3 335 933	3 822 095
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores de capital da empresa-mãe		3 274 971	3 734 504
Interesses que não controlam		60 962	87 591
		3 335 933	3 822 095
Resultado por acção básico		6.67	7.64

Contabilista Certificado

Conselho de Administração

Demonstração consolidada Fluxos de Caixa período findo em 31.12.2016 e 31.12.2015

EUR

Rubricas	Períodos	
	2016	2015
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo</u>		
Recebimentos de clientes	59 376 362	60 666 926
Pagamentos a fornecedores	-38 355 713	-38 626 715
Pagamentos ao pessoal	-12 391 232	-11 573 205
Caixa gerada pelas operações	8 629 417	10 467 006
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-890 497	-948 067
Outros recebimentos/pagamentos	-4 189 729	-3 303 757
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	3 549 191	6 215 182
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-3 973 356	-5 772 482
Ativos intangíveis	-313 887	-403 165
Investimentos financeiros	-21 375	-79 181
Outros Ativos		-308 161
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	838 000	24 948
Investimentos financeiros	25 000	111 356
Outros Ativos	116 911	
Subsídios ao investimento	5 381	11 387
Juros e rendimentos similares	597	1 711
Fluxos de caixa das actividades investimento (2)	-3 322 730	-6 413 587
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	3 136 138	9 602 334
Outras operações de financiamento		6 462
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-4 803 110	-6 749 237
Juros e gastos similares	-333 546	-456 035
Dividendos	-561 500	-542 690
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	-2 562 018	1 860 835
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-2 335 557	1 662 430
Efeito das diferenças de câmbio	101 468	-684
Caixa e seus equivalentes no início do período	4 078 240	2 416 493
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1 844 151	4 078 240

Contabilista Certificado

Conselho de Administração

Demonstração consolidada das alterações no capital próprio no período 2016

DESCRIÇÃO	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe									Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio	
	Capital subscrito	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total			
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	1	10 000 000	4 653	2 000 000	3 138 457	1 818 726	6 587 092	148 949	3 734 504	27 432 382	377 781	27 810 162
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Realização do excedente de revalorização de Ativos fixos tangíveis e intangíveis												
Excedentes de revalorização de Ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações						7 756	-62 329					
Ajustamentos por impostos diferidos						3 780 820	62 329	-3 967	-3 734 504	104 678	-3 120	101 558
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						3 788 577			50 106			46 985
	2								3 274 971	3 274 971	60 862	3 335 833
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3											
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3								-459 533	-459 533	57 742	3 382 818
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												
Realizações de capital												
Realizações de prémios de emissão												
Distribuições						-710 000				-710 000		-710 000
Entradas para cobertura de perdas												
Outras operações												
	5					-710 000				-710 000		-710 000
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2016	1+2+3	10 000 000	4 653	2 000 000	3 138 457	4 897 303	6 587 092	144 982	3 274 971	30 047 458	435 523	30 482 981

Contabilista Certificado

Conselho de Administração

Demonstração consolidada das alterações no capital próprio no período 2015

EUR

DESCRIÇÃO	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe									Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio	
	Capital subscrito	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total			
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015	6	10 000 000,00	4 652,82	2 286 080,94	7 599 629,24	-930 621,47	7 627 061,97	136 303,45	2 726 371,51	29 449 478,46	-737 256,97	28 712 221,49
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Realização do excedente de revalorização de Ativos fixos tangíveis e intangíveis												
Excedentes de revalorização de Ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				-286 081	-4 461 172	3 492 348	-1 116 308	76 338	12 646	-2 726 372	-3 892 293	-1 116 308
	7			-286 081	-4 461 172	3 492 348	-1 039 970	12 646	-2 726 372	-5 008 601	1 027 447	-2 864 846
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8								3 734 504	3 734 504	87 591	3 822 095
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8								1 008 133	1 008 133	1 115 038	-159 059
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												
Realizações de capital												
Realizações de prémios de emissão												
Distribuições						-743 000				-743 000		-743 000
Entradas para cobertura de perdas												
Outras operações												
	10					-743 000				-743 000		-743 000
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2015	6+7+8	10 000 000	4 653	2 000 000	3 138 457	1 818 726	6 587 092	148 949	3 734 504	27 432 382	377 781	27 810 162

Contabilista Certificado

Conselho de Administração

IX. Anexo às Demonstrações financeiras consolidadas

1. Informação relativa às empresas incluídas na consolidação

1.1. Empresas incluídas na consolidação

Foram incluídas na consolidação, a empresa-mãe e todas as suas subsidiárias, que se indicam de seguida:

EUR

Firma/Sede Social	% Capital Detido	Capital Social
Oli, SRL Località Piani di Mura 25070 Casto (BS) - Itália	99%	1 000 000
Moldaveiro - Moldes, LDA Travessa do Milão, Esgueira - Aveiro	83%	500 000
Soplasnor - Soc. Plásticos do Norte, SA Rua das Poças, Lavra - Porto	100%	6 800 000
Oli Sanitarsysteme GMBH Bittelbronner Strabe 42-46, 74219 Mockmuhl - Alemanha	100%	25 000
OOO Oli Rus Str Promyshlennaya 11, 142191 - Troitsk, Moscovo - Russia	100%	600 133

2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

2.1. Referencial contabilístico adotado e bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, com as alterações introduzidas pela Lei 20/2010, de 23 de Agosto e o Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Julho, e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) consignadas respectivamente nos avisos n.ºs 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015 de 29 de Julho, constantes do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), sendo supletivamente aplicadas as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas na União Europeia e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) emitidas pelo IASB e respetivas Interpretações Técnicas (SIC/IFRIC). A comissão de normalização contabilística regulamentou os investimentos em subsidiárias e consolidação emitindo a NCRF 15 – Investimentos em subsidiárias e consolidação, a qual tem por base a IAS 27 – Consolidated and separate financial statements.

Os investimentos financeiros nas Demonstrações Financeiras individuais, são valorizadas de acordo com o método da equivalência patrimonial (MEP). As empresas incluídas no ponto 1 são consideradas subsidiárias, porque a empresa mãe tem uma participação superior a 50%, detendo o controlo exclusivo.

A consolidação das empresas subsidiárias referidas na nota 1, efetuou-se pelo método da integração global. As transações e saldos significativos entre as empresas foram eliminados no processo de consolidação. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias é apresentado no Balanço na rubrica Interesses que não controlam.

Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (nota 1), mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Comparabilidade

Os valores das rubricas do capital próprio, no balanço relativo ao exercício de 2015, sofreram alterações relacionadas com ajustamentos nos capitais próprios.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das Demonstrações Financeiras:

ATIVOS INTANGÍVEIS (NCRF 6)

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

As despesas de desenvolvimento são reconhecidas sempre que a entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar o seu uso e para as quais seja provável que o ativo criado, venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gastos do exercício em que são suportadas.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método linear em conformidade com o período de vida útil estimado.

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (NCRF 7)

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2010 (data de transição para NCRF), encontram-se registados ao seu custo de aquisição ou ao custo de aquisição revalorizado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. Os edifícios e os terrenos na maior parte das empresas, com sede em Portugal, incluídas na consolidação, foram revalorizados em 2011 por uma entidade externa, denominada L2I – Investimentos Imobiliários, Lda.

As depreciações são calculadas após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico, na data da alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas de Outros rendimentos ou Outros gastos.

ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA (NCRF 8)

Na nossa subsidiária Soplasmor, os ativos não correntes detidos para venda são os bens de equipamento básico e de equipamento administrativo.

Na empresa mãe os ativos detidos para venda são moldes que foram classificados como tal. Os ativos estão disponíveis para venda imediata nas suas condições atuais, uma vez que os respectivos custos não estão a ser recuperados pelo uso continuado.

LOCAÇÕES (NCRF 9)

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo e como

locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo. A classificação das locações em financeiras ou operacionais depende da substância da transação e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na Demonstração dos Resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gastos na Demonstração dos Resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS (NCRF10)

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor contratado nominal, as despesas com comissões e com a sua emissão são contabilizadas como gastos do período. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na Demonstração dos Resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes e, quando a liquidação se diferir por mais de 12 meses após a data de relato, como passivo não corrente.

No grupo apenas a empresa-mãe capitalizou juros de empréstimos obtidos, na construção do edifício no centro da cidade de Aveiro e nos ativos fixos tangíveis e intangíveis adquiridos em 2016 e este custo é parte integrante do ativo, porque lhe é diretamente atribuível. O montante de juros capitalizado foi determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor. Apenas temos em inventários um apartamento e uma loja deste edifício dado que os restantes ativos foram alienados.

PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO (NCRF 11)

As propriedades de investimento são valorizadas pelo custo de aquisição deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos suportados com as propriedades de investimento, como por exemplo, manutenção, reparação, seguros, são reconhecidos como gastos do período a que dizem respeito. Caso existam melhorias, em que haja expectativas que gerem benefícios económicos futuros para além dos inicialmente esperados, são capitalizados na rubrica de Propriedades de investimento.

Dado que as propriedades de investimento foram adquiridas recentemente e atendendo à estagnação do mercado imobiliário, entendeu a administração não promover a determinação do seu justo valor, para efeitos do parágrafo 32 da NCRF 11. A haver diferença entre a quantia escriturada e o justo valor das propriedades de investimento ela não será relevante.

IMPARIDADE DE ATIVOS (NCRF 12)

À data do Balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades das quais resultem, alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, reconhecemos uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos Resultados na rubrica de Perdas por imparidade.

A reversão de Perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na Demonstração dos Resultados, na rubrica de reversões de perdas por imparidade e, efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

À data do Balanço foi avaliada a imparidade dos inventários, dos clientes e das propriedades de investimento. Constatou-se que existia evidência objetiva de imparidade nos clientes pelos processos judiciais, nas existências e nas propriedades de investimento que estavam registadas por um valor superior ao recuperável, por isso foram reconhecidas perdas de imparidade na Demonstração de Resultados.

Relativamente à Soplasnor, houve um reforço da imparidade relacionada com o empréstimo que esta participada tinha em aberto com a empresa mãe.

INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E CONSOLIDAÇÃO (NCRF 15)

Nas contas individuais, as participações financeiras foram inicialmente reconhecidas ao custo e posteriormente ajustadas pelo Método de Equivalência Patrimonial. A consolidação é pelo método integral, porque as participações e o controlo nas subsidiárias assim o exigem.

Na empresa-mãe os ganhos e perdas das suas associadas após a aquisição são contabilizados em ganhos ou perdas por contrapartida do valor do investimento financeiro, sendo após a data do balanço transferido para reservas sempre que não é distribuído. Este ano haverá distribuição de dividendos por parte da subsidiária OLI SRL e por isso o valor a transferir para reservas será menor. Quando a

participação pela aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, for uma perda e igualar ou ultrapassar o investimento na associada, a empresa-mãe deixa de reconhecer perdas adicionais, exceto se tiver assumido obrigações em nome da associada.

Os ganhos não realizados em transações com as associadas são eliminados na consolidação.

As políticas contabilísticas das associadas, sempre que necessário, são alteradas de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

INVENTÁRIOS (NCRF 18)

Os inventários encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio de saídas.

Os produtos acabados e trabalhos em curso são valorizados ao custo básico de produção o qual inclui o custo da matéria-prima incorporada, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico. A saída é custeada pelo método do custo básico de produção.

Nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de produção, é registada uma perda por imparidade para depreciação de inventários.

RÉDITO (NCRF 20)

A empresa reconhece rédito sempre que possa ser razoavelmente mensurável, seja provável que obtenha benefícios económicos futuros. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e pelas prestações de serviços decorrentes da atividade normal da empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando são satisfeitas todas as seguintes condições:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser valorizado com fiabilidade;

- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido quando são satisfeitas todas as seguintes condições:

- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade;
- A fase de acabamento de acabamento à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para a concluir possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES (NCRF 21)

A empresa-mãe constituiu uma provisão para garantias a clientes, dado que os seus produtos têm um prazo de reclamação em garantia, logo há uma obrigação presente resultante de um evento passado e, é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos. O montante da obrigação foi calculado com base no histórico das vendas dos últimos três anos.

SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO (NCRF 22)

Os subsídios à exploração nomeadamente os subsídios do sistema de apoio à investigação e desenvolvimento tecnológico e o programa de estágio e emprego, são reconhecidos na Demonstração dos Resultados na parte proporcional dos gastos suportados, satisfazendo o princípio da especialização dos exercícios.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de ativos tangíveis são registados no Capital Próprio e reconhecidos na Demonstração dos Resultados, proporcionalmente às depreciações respetivas dos ativos subsidiados.

EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO (NCRF 23)

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio da data da transação.

À data de fecho é efetuada a atualização cambial de saldos (itens monetários) em aberto, aplicando a taxa de câmbio em vigor nessa data. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das

cobranças, dos pagamentos ou à data do Balanço, são registadas como rendimentos e/ou gastos na Demonstração dos Resultados no exercício a que dizem respeito.

As diferenças de câmbio originadas na conversão para euros de demonstrações financeiras de entidades participadas denominadas em moeda estrangeira são incluídas no capital próprio, na rubrica Outras variações no capital próprio.

IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO (NCRF 25)

O grupo encontra-se sujeito a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), no apuramento da matéria coletável, são adicionados e deduzidos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

A empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos.

O gasto relativo ao imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor. O imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados utilizando as taxas de tributação em vigor e, são reconhecidos como gasto ou rendimento do exercício.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS (NCRF 27)

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- Clientes e Outros créditos a receber - as dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial. No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outros créditos a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for, é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que

o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

- Fornecedores e Outras dívidas a pagar - as dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.
- Empréstimos - os empréstimos, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registados no passivo pelo custo.
- Transações e saldos em moeda estrangeira - as transações em moeda estrangeira são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. As diferenças de câmbio resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na Demonstração dos Resultados do período em que são geradas.
- Periodizações - as transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas Outros créditos a receber e Outras dívidas a pagar e Diferimentos.
- Caixa e Depósitos bancários - os montantes incluídos na rubrica Caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no Passivo Corrente, na rubrica de Financiamentos Obtidos.

BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS (NCRF 28)

A entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados:

- Benefícios a curto prazo: incluem ordenados, salários, contribuições para a segurança social e participações nos lucros. Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço.
- Benefícios de cessação de emprego: a entidade reconhece os gastos com rescisões de contratos de trabalho, por terminado o prazo de caducidade do contrato de trabalho a termo ou por acordo de rescisão.

3.2. Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir das mesmas.

4. Fluxos de caixa

A desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários é a seguinte:

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO					EUR
Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final	
Caixa	18 770	226 593	234 998	10 364	
Depósitos à ordem	3 444 470	124 482 546	126 093 230	1 833 786	
Outros depósitos bancários	615 000	850 000	1 465 000		
Total de caixa e depósitos bancários	4 078 240	125 559 139	127 793 228	1 844 150	

5. Investimentos em subsidiárias e consolidação

5.1. Movimentos significativos em subsidiárias

LISTAGEM DOS INVESTIMENTOS SIGNIFICATIVOS EM SUBSIDIÁRIAS							EUR
Descrição		País de constituição / sede social	Período 2016		Método usado na contabilização	Quantia escriturada dos investimentos	
			Interesse nas investidas				
			Percentagem de interesse detido	Percentagem nos direitos de voto			
Subsidiárias	Moldaveiro - Moldes LDA	Portugal	83.00%	83.0%	MEP	1 782 168	
	Soplasnor-Soc. Plásticos do Norte, SA	Portugal	100.00%	100.0%	A)		
	Oli SRL	Itália	99.0%	99.0%	MEP	6 979 548	
	Oli Sanitarsysteme GMBH	Alemanha	100.0%	100.0%	A)		
	OOO Oli Rus	Rússia	100.0%	100.0%	MEP	1 023 207	
Total						9 784 923	

Legenda: MEP - Método de Equivalência Patrimonial;

- A) Deixou de se aplicar o MEP na Soplasnor e na Oli Sanitarsysteme GmbH, uma vez que ao reconhecer as perdas em subsidiárias já se igualou o valor do investimento.

LISTAGEM DOS INVESTIMENTOS SIGNIFICATIVOS EM SUBSIDIÁRIAS							EUR
Descrição		País de constituição / sede social	Período 2015		Método usado na contabilização	Quantia escriturada dos investimentos	
			Interesse nas investidas				
			Percentagem de interesse detido	Percentagem nos direitos de voto			
Subsidiárias	Moldaveiro - Moldes LDA	Portugal	83.00%	83.0%	MEP	1 539 642	
	Soplasnor-Soc. Plásticos do Norte, SA	Portugal	100.00%	100.0%	A)		
	Oli SRL	Itália	99.0%	99.0%	MEP	6 040 085	
	Oli Sanitarsysteme GMBH	Alemanha	100.0%	100.0%	MEP	13 853	
	OOO Oli Rus	Rússia	100.0%	100.0%	A)		
Total						7 593 580	

Legenda: MEP - Método de Equivalência Patrimonial;

- A) Deixou de se aplicar o MEP na Soplasnor e na OOO Oli Rus, uma vez que ao reconhecer as perdas em subsidiárias já se igualou o valor do investimento.

5.2. Remunerações do pessoal chave da gestão

REMUNERAÇÕES AOS ÓRGÃOS SOCIAIS

EUR

Descrição	Período 2016	Período 2015
Conselho de Administração - Oliveira & Irmão, SA	540 895	645 978
Gerência - Moldaveiro - Moldes, Lda	101 814	124 327
Gerência - OLI SRL	181 600	175 000
Conselho de Administração - Nuno & Gradeço		13 949

6. Divulgação Ativos Intangíveis

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO DE 2016 EM ACTIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

EUR

	Descrição	Projectos de desenvolvimento	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Outros Ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
	Com vida útil finita:						
4	Quantia bruta escriturada inicial	59 840	359 779	33 609	428 997	183 909	1 066 135
5	Amortizações acumuladas iniciais	11 636	85 036	33 609	383 341		513 622
7	Quantia líquida escriturada inicial (7 = 4 - 5 - 6)	48 204	274 743		45 656	183 909	552 513
8	Movimentos do período: (8 = 8.1 - 8.2 + 8.3 + 8.4 + 8.5 + 8.6)	-19 947	263 267		-1 574	-110 875	130 871
8.1	Total das adições		30 805			47 901	78 706
Adições	Aquisições		30 805			47 901	78 706
8.2	Total das diminuições	19 947	161 496		1 574		183 016
Diminuições	Amortizações	19 947	161 496		1 574		183 016
8.4	Transferências de AFI em curso		393 957			-158 776	235 182
9	Quantia líquida escriturada final (9 = 7 + 8)	28 258	538 010		44 082	73 035	683 383
	Vida útil	3	3	3	3		

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO DE 2015 EM ACTIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

EUR

	Descrição	Projectos de desenvolvimento	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Outros Ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
	Com vida útil finita:						
4	Quantia bruta escriturada inicial	406 618	14 837	1 250 312	428 997	185 526	2 286 290
5	Amortizações acumuladas iniciais	406 618	14 837	1 250 312	381 767		2 053 534
7	Quantia líquida escriturada inicial (7 = 4 - 5 - 6)				47 230	185 526	232 756
8	Movimentos do período: (8 = 8.1 - 8.2 + 8.3 + 8.4 + 8.5 + 8.6)	48 204	274 743		-1 574	-1 617	319 756
8.1	Total das adições		33 196			307 761	340 957
Adições	Aquisições		33 196			307 761	340 957
8.2	Total das diminuições	11 636	70 199		1 574		83 409
Diminuições	Amortizações	-394 982	70 199	-1 216 703	1 574		-1 539 912
	Perdas por imparidade						
	Abates	406 618		1 216 703			1 623 321
8.4	Transferências de AFI em curso	59 840	311 746			-372 318	-732
8.6	Outras transferências					62 940	62 940
9	Quantia líquida escriturada final (9 = 7 + 8)	48 204	274 743		45 656	183 909	552 513
	Vida útil	3	3	3	3		

7. Ativos fixos tangíveis

7.1 Divulgação Ativos fixos tangíveis

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2016 EM ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

EUR

	Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos por conta de AFT	Total
1	Quantia bruta escriturada inicial	7 219 649	18 379 650	38 608 431	1 480 862	1 877 996	1 396 422	2 622 035		71 585 046
2	Depreciações acumuladas iniciais		9 125 680	28 736 485	1 088 137	1 540 033	1 371 563			41 861 897
4	Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	7 219 649	9 253 970	9 871 946	392 726	337 964	24 859	2 622 035		29 723 149
5	Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5.6)	228 795	-278 523	1 211 413	122 409	-74 582	-8 623	-589 255	80 000	691 634
5.1	Total das adições	303 651	28 803	271 041	313 845	51 470		4 104 778	80 000	5 153 588
Adições	Aquisições em 1.ª mão	303 651	28 803	271 041	313 845	51 470		4 104 778	80 000	5 153 588
5.2	Total das diminuições	74 856	951 272	2 782 150	212 143	148 831	14 233			4 183 485
Diminuições	Depreciações		951 272	2 327 731	196 453	142 521	14 233			3 632 210
	Alienações			454 419	15 690	5 683				475 791
	Abates	74 856				628				75 484
5.4	Transferências de AFT em curso		643 946	3 722 817	20 706	22 677	5 610	-4 650 939		-235 182
5.6	Outras transferências			-296		103		-43 094		-43 287
6	Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	7 448 443	8 975 447	11 083 360	515 135	263 382	16 236	2 032 780	80 000	30 414 783
	Vida útil		3;10;20;50	1;3;4;6;8;10	4;6	3;5;6;7;8;10	3;4			

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2015 EM ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

EUR

	Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos por conta de AFT	Total
1	Quantia bruta escriturada inicial	6 933 144	17 493 932	36 904 590	1 355 851	2 118 655	1 822 230	2 779 470		69 307 871,22
2	Depreciações acumuladas iniciais		8 459 196	29 128 962	1 043 424	1 883 706	1 786 057			42 301 343,85
4	Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	6 933 144	9 034 736	7 675 628	312 427	234 949	36 174	2 779 470		27 006 527,37
5	Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5.6)	286 505	219 234	2 196 319	80 298	103 015	-11 314	-157 435		2 716 621,47
5.1	Total das adições	286 505	17 657	742 179	226 949	234 500	5 767	4 190 755		5 704 311,54
Adições	Aquisições em 1.ª mão	286 505	17 657	742 179	226 949	234 500	5 767	4 190 755		5 704 311,54
5.2	Total das diminuições		839 538	1 793 497	146 651	141 157	4 641			2 925 482,83
Diminuições	Depreciações		666 485	-323 312	44 713	-343 579	-414 494			-370 186,60
	Alienações			28 983	82 481	106 077	3 292			220 832,63
	Abates		173 054	2 087 826	19 457	378 658	415 843			3 074 836,80
5.4	Transferências de AFT em curso		1 041 115	3 243 840			732	-4 285 687		
5.6	Outras transferências			3 796		9 672	-13 172	-62 503		-62 207,24
6	Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	7 219 649	9 253 970	9 871 946	392 726	337 964	24 859	2 622 035		29 723 149
	Vida útil		3;10;20;50	2;3;4;5;6;8;10;20	4;6	3;5;6;7;8;10	3;4			

7.2. Divulgação sobre excedentes de revalorização dos ativos fixos tangíveis

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2016 NOS EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO

EUR

Descrição	Reservas de Reavaliação Legais		Reservas de Reavaliação Livres		Total
	Não realizada	Realizada	Não realizada	Realizada	
Valor do excedente de revalorização no início do período	96 940	65 153	4 940 040	1 484 959	6 587 092
Depreciações	-13 144	13 144	-210 211	210 211	
Valor do excedente de revalorização no fim do período	83 796	78 297	4 729 828	1 695 170	6 587 092

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2015 NOS EXCEDENTES DE REVALORIZAÇÃO

EUR

Descrição	Reservas de Reavaliação Legais		Reservas de Reavaliação Livres		Total
	Não realizada	Realizada	Não realizada	Realizada	
Valor do excedente de revalorização no início do período	107 211	54 882	6 667 522	797 447	7 627 062
Depreciações	-10 271	10 271	-1 727 482	687 512	-1 039 970
Valor do excedente de revalorização no fim do período	96 940	65 153	4 940 040	1 484 959	6 587 092

7.3. Ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS DADOS COMO GARANTIA DE PASSIVOS EM 2016

Bem	Credor	Valor de penhor	Valor do bem	Depreciação	Quantia líquida
Edifício Soplasnor e terrenos adjacentes	BPI	4 500 000	4 826 377	201 569	4 624 808
Moldes e máquinas	BPI	827 750	912 012	293 420	528 224
		5 327 750	5 738 389	494 989	5 153 032

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS DADOS COMO GARANTIA DE PASSIVOS EM 2015

Bem	Credor	Valor de penhor	Valor do bem	Depreciação	Quantia líquida
Edifício Soplasnor e terrenos adjacentes	BPI	4 500 000	4 826 377	28 796	4 797 582
Moldes e máquinas	BPI	827 750	912 012	282 388	629 624
		5 327 750	5 738 389	311 183	5 427 206

8. Ativos não correntes detidos para venda

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO

EUR

Descrição	Saldo Inicial	Aquisições	Alienações	Saldo Final
Conjunto de moldes para válvulas de enchimento	14 268			14 268
Conjunto de moldes para válvulas de descarga	7 927			7 927
Conjunto de moldes para sifões de pavimento	2 114			2 114
Conjunto equipamentos adquiridos para venda		272 277	272 277	
Conjunto de máquinas	52 291			52 291
Conjunto de mobiliário de escritório	14 689			14 689
Total	91 288	272 277	272 277	91 288

9. Locações

Os contratos de locação são os seguintes:

Ativos que se encontram a ser financiados através de contratos de locação financeira, respectivas quantias escrituradas líquidas e rendas contingentes reconhecidas como gasto no período		Locações financeiras em vigor						Período 2016	Período 2015	
		Descrição	Valor Aquisição	Entidade locadora	Identificação do contrato	Prazo da locação		Quantias escrituradas líquidas dos ativos locados	Quantias escrituradas líquidas dos ativos locados	
						Começo	Fim			
Ativos	Ol - Leasing	VW Passat - 29NJ81	35 500	BPI	CT 1260531800	25-12-2012	25-12-2017		8 136	
	Ol - Leasing	VW Sharan - 14NP35	40 000	BPI	CT 1360160200	25-04-2013	25-04-2018	2 500	12 500	
	Ol - Leasing	Audi A6 - 25OU22	94 000	BPI	CT 1460255800	25-06-2014	25-06-2019	33 292	56 792	
	Ol - Leasing	Audi A3 - 28PR19	39 650	BPI	CT 1530029800	05-04-2015	05-04-2020	22 303	32 216	
	Ol - Leasing	Audi A3 - 28PR20	39 650	BPI	CT 1530029900	05-04-2015	05-04-2020	22 303	32 216	
	Ol - Leasing	VW Caravelle - 95QL40	42 000	BPI	CT 1561644300	25-10-2015	25-10-2020	28 875	39 375	
	Subtotais			290 800					109 273	181 234
	Fixos Tangíveis	Ol - Leasing	Eq. Informático	50 000	BSTOTTA	CT 203751	15-01-2014	15-01-2019	20 000	30 000
		Ol - Leasing	VW Passat - 83OP83	29 700	BSTOTTA	CT 205173	15-05-2014	15-05-2019	9 900	17 325
		Ol - Leasing	BMW X1 - 76QO89	38 596	BSTOTTA	CT211612	15-12-2015	15-12-2020	28 143	37 792
Ol - Leasing		BMW 4 - 36QR70	46 500	BSTOTTA	CT 211832	15-01-2016	15-01-2021	34 875		
Ol - Leasing		VW Passat - 19RN27	35 300	BSTOTTA	CT 214624	15-08-2016	15-08-2021	31 623		
Subtotais			200 096					124 541	85 117	
	Ol - Leasing	Eq. Informático - ORACLE	160 446	BNP PARIBAS	CT 76186/187	01-10-2015	01-08-2017	80 223	133 705	
Subtotais			160 446					80 223	133 705	
Totais			651 342					314 033	400 056	
Activos fixos tangíveis	MO - Leasing	Audi A4 - 11-OE-11	39 600	BPI LEASING	1460007300	25-01-2014	25-01-2019	9 900	19 800	
	MO - Leasing	Eq. Industrial	95 000	BPI LEASING	2015044167	06-11-2015	06-11-2021	81 146	93 021	
Subtotais			134 600					91 046	112 821	
Totais								91 046	112 821	

10. Empréstimos obtidos

10.1. Informação relativa aos empréstimos genéricos

Descrição	31-12-2016			31-12-2015		
	Curto Prazo	Médio e Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Médio e Longo Prazo	Total
Conta Corrente Cauionada				68 889		68 889
Programa de Papel Comercial	3 400 000		3 400 000	2 400 000		2 400 000
Médio e Longo Prazo	5 694 684	8 436 439	14 131 123	8 350 425	9 819 700	18 170 125
Leasing	173 675	257 276	430 951	193 764	363 987	557 751
Empréstimo - Empresa-mãe		4 090	4 090			
Desconto remessas				532 784		532 784
FEDER - Candidatura nº 27024	111 363	1 230 027	1 341 390		1 351 198	1 351 198
Total	9 379 722	9 927 832	19 307 555	11 545 862	11 534 885	23 080 748

10.2 Garantias

GARANTIAS

EUR

Sociedade Garantia	N.º Garantia	Beneficiário da Garantia	Garantia		31-12-2016	31-12-2015
			Montante	%	Valor Capital em Dívida	Valor Capital em Dívida
Garval	2012.00974	BSTOTTA - PME CRESC 1.000K	56 108	5.61%		
Lisgarante	2012.01445	BSTOTTA - PME CRESC 1.000K	56 108	5.61%		
Norgarante	2012.01691	BSTOTTA - PME CRESC 1.000K	387 784	38.78%	111 111	333 333
Norgarante	2010.07573	CGD - PME INVEST V 1.000K	500 000	50.00%	90 909	272 727

11. Custos de empréstimos obtidos

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERIODO

EUR

Descrição	Valor	Taxa
Ativos fixos tangíveis	23 327	
Ferramentas e Utensílios	1 963	2.45%
Máquinas de uso específico	2 112	2.45%
Instalações Industriais	2 743	2.45%
Edificações Ligeiras	803	2.45%
Edifícios em curso	15 705	2.45%
Ativos fixos intangíveis	6 078	
Programas de Computador	6 078	2.45%
Total	29 405	

Pressupostos:

Em curso por um período superior a 9 meses e valor superior a 100.000€

12. Propriedades de investimento

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2016 EM PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

EUR

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
Quantia bruta escriturada inicial	1 719 814	4 869 553	6 589 367
Depreciações acumuladas iniciais		100 562	100 562
Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	1 719 814	4 768 991	6 488 805
Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5.6)		-536 102	-536 102
Total das adições			
Aquisições			
Total das diminuições		536 102	536 102
Depreciações		289 725	289 725
Perdas por imparidade		246 377	246 377
Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	1 719 814	4 232 889	5 952 703
Vida útil		3;11;29	

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DE 2015 EM PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

EUR

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)			
Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4 + 5.5 + 5.6)	1 719 814	4 768 991	6 488 805
Total das adições	1 719 814	4 869 553	6 589 367
Aquisições	1 719 814	4 869 553	6 589 367
Total das diminuições		100 562	100 562
Depreciações		100 562	100 562
Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	1 719 814	4 768 991	6 488 805
Vida útil		3;11;29	

OUTRA INFORMAÇÃO

Descrição	2016	2015
Quantias reconhecidas nos resultados		
Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento	138 839	58 739
Gastos operacionais diretos de imóveis que geraram rendimentos	103 265	51 502
Total	35 574	7 236

Na Oliveira & Irmão, SA, uma vez que as propriedades de investimento foram adquiridas recentemente e atendendo à estagnação do mercado imobiliário, entendeu-se não promover à determinação do seu justo valor, para efeitos do parágrafo 32 da NCRF 11. A haver diferença entre a quantia escriturada a imparidade reconhecida e o justo valor das propriedades de investimento ela não será relevante.

13. Divulgação de informação sobre os interesses conjuntos
QUANTIA ESCRITURADA MOVIMENTO DO PERÍODO DO INTERESSE NO EMPREENDIMENTO CONJUNTO DA SUBSIDIÁRIA

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1- 2 + 3)		
Movimentos do período: (5 = 5.1 + 5.2 + 5.3 - 5.4 + 5.5 + 5.6 - 5.7 - 5.8 - 5.9 + 5.10 + 5.11)	28	20
Parte do investidor nos resultados da investida	28	20
Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	28	20

14. Participações financeiras
PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

EUR

Descrição	Investimentos em subsidiárias	Total
Método de equivalência patrimonial:		
Quantia bruta escriturada inicial	708	708
Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1- 2 + 3)	708	708
Movimentos do período: (5=5.1+5.2+5.3-5.4+5.5+5.6-5.7-5.8-5.9+5.10+5.11+5.12+5.13+5.14)		
Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	708	708
Outros métodos		
Quantia bruta escriturada inicial	38 002	38 002
Quantia líquida escriturada inicial (10 = 7- 8 + 9)	38 002	38 002
Movimentos do período: (11 = 11.1 + 11.2 + 11.3 + 11.4 + 11.5 + 11.6 + 11.7 + 11.8 + 11.9 + 11.10 + 11.11 + 11.12)	-3 625	-3 625
Outras aquisições	6 375	6 375
Alienações	-10 000	-10 000
Quantia líquida escriturada final (12 = 10 + 11)	34 377	34 377

15. Investimentos em subsidiárias e consolidação

Firma/Sede Social	% Capital Detido
Oli, SRL Località Piani di Mura 25070 Casto (BS) - Itália	99%
Moldaveiro - Moldes, LDA Travessa do Milão, Esgueira - Aveiro	83%
Soplasnor - Soc. Plásticos do Norte, SA Rua das Poças, Lavra - Porto	100%
Oli Sanitarsysteme GMBH Bittelbronner Strabe 42-46, 74219 Mockmuhl - Alemanha	100%
OOO Oli Rus Str Promyshlennaya 11, 142191 - Troitsk, Moscovo - Russia	100%

16. Inventários

Os inventários encontram-se detalhados como se segue:

QUANTIDADE ESCRITURADA

EUR

Descrição	31-12-2016			31-12-2015		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	2 040 602	124 520	1 916 082	2 375 603	260 399	2 115 204
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2 948 664	85 214	2 863 451	2 616 891	187 183	2 429 708
Produtos acabados e intermédios	3 774 584	112 584	3 662 000	3 861 102	195 047	3 666 055
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	11 615		11 615			
Total	8 775 465	322 318	8 453 148	8 853 596	642 629	8 210 967

O custo das mercadorias e das matérias consumidas é o seguinte:

APURAMENTO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

EUR

Descrição	31-12-2016			31-12-2015		
	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Total
Inventários iniciais	2 375 603	2 616 891	4 992 495	3 545 081	2 117 696	5 662 777
Compras	3 314 051	20 616 786	23 930 837	11 221 788	13 387 380	24 609 168
Reclassificação e regularização de inventários	173 726	143 443	317 169	1 430 044	80 147	1 510 191
Inventários finais	2 040 602	2 948 664	4 989 266	2 375 603	2 616 891	4 992 495
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (5=1+2+3-4)	3 475 326	20 141 570	23 616 896	10 961 222	12 808 038	23 769 260
Outra informação relativa a mercadorias, matérias primas, subsidiárias e de consumo:						
Ajustamentos/perdas por imparidade do período em inventários	124 520	85 214	209 734	144 939	28 256	173 195
Reversão de ajustamentos/perdas por imparidade do período em inventários	260 399	187 183	447 582	4 325		4 325
Ajustamentos/perdas por imparidade acumuladas em inventários	124 520	85 214	209 734	144 939	85 617	230 557

A variação nos inventários da produção é a seguinte:

EUR

Descrição	31-12-2016			31-12-2015		
	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios e refugos	Produtos e trabalhos em curso	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios e refugos	Produtos e trabalhos em curso
Inventários finais	3 774 584	11 615		3 861 102		
Reclassificação e regularização de inventários	229 346	-1 542		-82 447		
Inventários iniciais	3 861 102			3 675 829		
Variação nos inventários de produção (4=1+2-3)	142 828	10 073		102 826		
Ajustamentos/perdas por imparidade do período em inventários	112 584			59 840		
Reversão de ajustamentos/perdas por imparidade do período em inventários	195 047			52 021		
Ajustamentos/perdas por imparidade acumuladas em inventários	112 584			187 076		

17. Rédito

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTOS DO PERÍODO

EUR

Descrição	Total	
	2016	2015
Réditos reconhecidos no período:		
Vendas e Serviços Prestados	57 237 449	53 388 044
Vendas de bens	57 123 995	53 238 916
Prestação de serviços	113 454	149 128
Outros rendimentos	13 033	37 349
Juros obtidos	13 033	37 349
Total	57 250 482	53 425 393

18. Provisões do Exercício

EUR

Descrição	Garantias a clientes	Processos judiciais em curso	Outras	Total
Quantia escriturada inicial	122 966	95 541		218 507
Movimentos do período (2 = 2.1-2.2)	112		29 829	28 061
Total de aumentos	35 534		29 829	65 362
Reforço	35 534			35 534
Total de diminuições	35 421			37 301
Uso	34 723	1 880		36 603
Reversão	698			698
Quantia escriturada final	123 079	93 661	29 829	246 568

19. Subsídios do Governo e apoios do governo

SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

EUR

DESCRİÇÃO	2016		2016		2015		2015	
	Subsídios do Estado e outros entes		Subsídios de outras		Subsídios do Estado e outros entes		Subsídios de outras	
	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período	Valor atribuído no período ou em períodos anteriores	Valor imputado ao período
Subsídios relacionados com activos/ao investimento: (1 = 1.1 + 1.2 + 1.3)	1 093 234	46 641			1 016 884	7 634		
Activos fixos tangíveis (1.1 = 1.1.1 + 1.1.2 + + 1.1.7)					1 016 884	7 634		
Outros					1 016 884	7 634		
Activos intangíveis (1.2 = 1.2.1 + 1.2.2 + + 1.2.4)								
Subsídios relacionados com rendimentos/à exploração		2 377				83 449		
Valor dos reembolsos no período respeitantes a: (3 = 3.1 + 3.2)								
TOTAL (4 = 1 + 2 - 3)	1 093 234	49 018			1 016 884	91 083		

20. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

EFETOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO		EUR	
Descrição	31-12-2016	31-12-2015	
Diferenças de Câmbio			
Reconhecidas em resultados do período:			
Diferenças de câmbio desfavoráveis	724 110	316 813	
Diferenças de câmbio favoráveis	997 573	131 138	

21. Acontecimentos após a data do balanço

Em 31-01-2017 foi deliberado um aumento de capital à sua subsidiária OLI Sanitarsysteme GmbH no montante de € 1 000 000, que foi concretizado em 23-02-2017.

As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 foram aprovadas pela administração e autorizadas para emissão em 07-04-2017.

22. Impostos sobre o rendimento

QUANTIA ESCRITURADA DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO		EUR	
Descrição	31-12-2016	31-12-2015	
Resultado contabilístico do período (antes de impostos)	4 353 487	4 302 815	
Imposto corrente	-1 267 944	-633 840	
Imposto diferido	250 391	153 121	
Imposto sobre o rendimento do período (4 = 2 + 3)	-1 017 554	-480 720	
Tributações autónomas	123 368	106 216	

DEDUÇÕES À COLETA REFERENTES A BENEFÍCIOS FISCAIS NA OLIVEIRA & IRMÃO, SA		EUR	
Descrição	31-12-2016	31-12-2015	
SIFIDE-Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial	322 950	451 404	
RFAI - Regime Fiscal de Apoio ao Investimento	190 882	339 048	
CFEI - Crédito Fiscal Extraordinário			
Total	513 832	790 452	

Referente ao SIFIDE de 2015 já foi concedido à Oliveira & Irmão um crédito fiscal no montante de 117.835 reclamamos e estamos a aguardar a resposta, mas para a estimativa só consideramos o valor já aceite.

O valor RFAI deduzido à coleta em 2016 refere-se à parte restante do reporte de 2014 e à totalidade do benefício de 2015, relativamente à Oliveira & Irmão.

O grupo regista ativos por impostos diferidos no montante de 216.256 euros relacionados com perdas de imparidade não aceites fiscalmente e das operações de consolidação.

Regista também passivos por impostos diferidos no montante de 9.588 euros relacionados com reavaliações legais, 1.381.464 euros relacionados com reavaliações livres e 8.010 euros relacionados com amortizações de bens.

23. Matérias ambientais

Em 2013, a Oliveira & Irmão, SA constitui uma garantia financeira em forma de reserva nos capitais próprios que permite à empresa assumir a responsabilidade ambiental inerente à sua atividade, exigível pelo decreto-lei 147/2008, de 20 de Julho e alterações subsequentes. Esta reserva de responsabilidade ambiental foi constituída no montante de 100.000€ por transferência de outras reservas.

24. Instrumentos Financeiros

24.1. Divulgação de valores de terceiros

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO

EUR

Descrição	Total	
	31-12-2015	31-12-2014
Clientes	15 766 115	14 586 542
Conta Corrente	12 238 404	10 743 046
Títulos a Receber	3 568 903	3 969 549
Cobrança Duvidosa	1 972 102	1 774 294
Perdas de Imparidade	-2 013 295	-1 900 347
Adiantamentos de Clientes	13 948	1 211
Fornecedores	9 461 724	8 881 964
Outras dívidas a pagar	3 424 437	3 693 586
Pessoal	137 304	115 128
Fornecedores Investimentos	397 341	610 776
Credores por acréscimos de gastos- juros	30 380	37 478
Credores por acréscimos de gastos- seguros	7 979	9 060
Credores por acréscimos de gastos - fim do mês	2 077	
Credores por acréscimos de gastos - sem conta corrente	31	
Credores por acréscimos de gastos - cartões de crédito	5 405	
Credores por Acréscimos de Gastos - Férias e Subsídios de Férias	2 226 192	2 008 120
Credores por Acréscimos de Gastos - Comissões	32 421	33 327
Credores por Acréscimos de Gastos - Rappel	225 402	244 873
Credores por Acréscimos de Gastos - Pontos	149 866	75 000
Credores por Acréscimos de Gastos - Outros	187 070	224 929
Outros Credores	22 970	334 895
Outros créditos a receber	625 160	803 676
Adiantamentos a fornecedores	102 523	75 648
Pessoal	12 395	14 870
Devedores por acréscimos de rendimentos - juros	4 090	
Devedores por acréscimos de rendimentos - subsídios		58 265
Devedores por acréscimos de rendimentos - outros	240 334	435 361
Outros devedores	265 817	219 531
Total	29 291 384	27 966 979

24.2. Divulgação de informação sobre o capital

QUANTIA ESCRITURADA E MOVIMENTO DO PERÍODO EUR

Descrição	31-12-2016	31-12-2015
Capital próprio		
Capital Subscrito	10 000 000	10 000 000
Outros instrumentos de capital próprio	4 653	4 653
Reservas legais	2 000 000	2 000 000
Outras reservas	3 138 457	3 138 457
Resultados transitados	4 897 303	1 818 726
Excedentes de revalorização	6 587 092	6 587 092
Ajustamentos/outras variações no capital próprio	144 982	148 949
Resultado líquido consolidado do exercício	3 274 971	3 734 504
Interesses que não controlam	435 523	377 781
Total	30 482 981	27 810 162

24.3. Divulgação de informação sobre os diferimentos

QUANTIA ESCRITURADA EUR

Descrição	Total	
	2016	2015
Diferimentos		
Ativos		
Gastos a reconhecer - juros	9 335	46 110
Gastos a reconhecer - seguros	6 877	40 683
Gastos a reconhecer - moldes propriedade cliente	26 697	140 618
Gastos a reconhecer - artigos proteção	1 478	1 199
Gastos a reconhecer - artigos marketing	98 836	37 275
Gastos a reconhecer - artigos oferta	2 599	2 768
Gastos a reconhecer - serviços em transito	16 225	7 381
Gastos a reconhecer - outros	170 152	84 846
Total	332 199	360 881
Passivos		
Rendimentos a reconhecer - moldes	169 198	174 451
Rendimentos a reconhecer - outros	29 421	19 802
Total	198 619	194 253

24.4. Divulgação de informação sobre Estado e Outros Entes Públicos

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		EUR	
Descrição	Total		
	2016	2015	
Estado e outros entes públicos			
Ativos			
Imposto sobre o rendimento	155 541	603 425	
Retenção de impostos sobre rendimentos	235 340	2 171	
Imposto sobre o valor acrescentado	438 332	528 255	
Outros impostos		651	
Total	829 213	1 134 502	
Passivos			
Imposto sobre o rendimento	137 253	135 330	
Retenção de impostos sobre rendimentos	196 514	201 338	
Imposto sobre o valor acrescentado	59 841	136 693	
Outros impostos	5 883	4 025	
Contribuições para a segurança social	318 688	289 828	
Outras tributações			
Total	718 179	767 214	

25. Divulgação de informação de Fornecimentos e Serviços Externos:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS EUR

Descrição	Total	
	31-12-2016	31-12-2015
Subcontratos	1 827 314	1 401 150
Trabalhos especializados	1 260 629	1 117 176
Publicidade e propaganda	917 489	593 168
Vigilância e segurança	82 228	89 855
Honorários	100 930	76 831
Comissões	662 629	611 318
Conservação e reparação	978 002	1 002 724
Outros	354 341	232 503
Total serviços especializados	4 356 248	3 723 576
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	316 014	376 112
Livros e documentação técnica	1 093	1 749
Material de escritório	23 055	24 099
Artigos para oferta	42 375	46 136
Outros	43 020	17 309
Total materiais	425 557	465 405
Electricidade	1 114 420	1 024 243
Combustíveis	113 116	76 049
Água	31 404	24 239
Outros	6 642	26 084
Total energias e fluidos	1 265 582	1 150 615
Deslocações e estadas	707 272	694 983
Transporte de mercadorias	2 582 962	2 481 767
Total deslocações, estadas e transportes	3 290 234	3 176 750
Rendas e alugueres	237 437	60 899
Comunicação	98 265	94 022
Seguros	239 549	208 551
Royalties	2 188	7 663
Contencioso e notariado	10 197	41 561
Despesas de representação	476 408	363 745
Limpeza, higiene e conforto	83 123	65 455
Outros serviços	59 285	185 931
Total serviços diversos	1 206 452	1 027 827
Total fornecimentos e serviços externos	12 371 387	10 945 323

26. Divulgação de informação de Gastos com o Pessoal:

GASTOS COM O PESSOAL

EUR

Descrição	Total	
	31-12-2016	31-12-2015
Gastos com o pessoal	13 847 272	12 685 158
Remunerações dos órgãos sociais	824 308	959 254
Das quais: Participação nos lucros	245 602	284 162
Remunerações do pessoal	9 304 192	8 364 393
Benefícios pós-emprego		15 335
Indemnizações		6 590
Encargos sobre remunerações	2 321 970	2 091 974
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	97 804	103 071
Gastos de acção social	139 254	116 412
Outros gastos com pessoal	1 159 744	1 028 129
Dos quais:		
Trabalho temporário	1 020 265	942 291
Gastos com formação	73 493	50 005

27. Divulgação de informação de Outros Rendimentos

OUTROS RENDIMENTOS

EUR

Descrição	Total	
	2016	2015
Rendimentos suplementares	1 134 140	1 086 065
Descontos de pronto pagamento obtidos	83 187	77 902
Recuperação dívidas a receber	7 491	
Ganhos em inventários		242 001
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	402 810	27 038
Rendimentos e ganhos em investimentos não Financeiros	543 086	63 119
Outros	238 693	197 590
Juros obtidos	13 033	37 350
Total	2 422 440	1 731 066

28. Divulgação de informação de Outros Gastos

OUTROS GASTOS		EUR	
Descrição	Total		
	2016	2015	
Impostos	124 510	137 674	
Descontos de pronto pagamento concedidos	382 832	350 970	
Dívidas Incobráveis	52 255	122 440	
Perdas em Inventários	375 214	155 538	
Gastos e Perdas nos restantes Investimentos Financeiros	1 670		
Gastos e Perdas em Investimentos não Financeiros	628	389 174	
Outros			
Correções relativas a períodos anteriores	74 229	24 511	
Donativos	36 165	33 087	
Quotizações	8 892	12 954	
Ofertas e amostras em Inventários	205 127	161 200	
Insuficiência em estimativa de Impostos	5 286	3 141	
Moldes Propriedade e participação clientes	280 460	51 601	
Diferenças de câmbio desfavoráveis	724 110	59 430	
Comissões e outros gastos bancários	36 570	25 317	
Outros	156 873.20	67 175	
Total Outros Gastos e Perdas	2 464 821	1 594 212	

29. Divulgação de informação de Juros e gastos similares suportados

JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS		EUR	
Rubricas	Total		
	2016	2015	
Juros Suportados	367 479	478 088	
Total Juros e Gastos Similares Suportados	367 479	478 088	

30. Divulgações exigidas por diplomas legais

O código das sociedades comerciais no seu artigo 66º A e 508º F e a portaria 208/2007 de 16 de Fevereiro que cria a IES – informação empresarial simplificada exigem divulgação de informação que passamos a relatar:

30.1. Informação de garantias prestadas

EUR		
Garantias Prestadas	Beneficiário	Valor
Garantias Bancárias		
Caixa Geral de Depósitos	APCMC	16 000
Banco Santander Totta	IAPMEI	353 090

30.2. Informação de vendas por mercados

VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR ACTIVIDADE E MERCADOS GEOGRÁFICOS EUR

Descrição	2016				2015			
	Imobiliária	Comercial	Industrial	Total	Imobiliária	Comercial	Industrial	Total
Portugal	775 000	2 309 653	8 554 447	11 639 100	206 000	3 209 241	10 751 450	14 166 692
Outros		13 138 326	32 460 023	45 598 349		1 742 797	37 478 555	39 221 352
Total	775 000	15 447 979	41 014 470	57 237 449	206 000	4 952 038	48 230 006	53 388 044

30.3. Informação relativa a Honorários faturados

O Código das Sociedades Comerciais no seu artigo 508º F do Código das Sociedades Comerciais exige a divulgação dos serviços prestados pelo Revisor Oficial de Contas

HONORÁRIO FACTURADOS PELOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS EUR

	Descrição	2016	2015
66.º-A508.º-F	Revisão legal das contas	19 816	21 199
Totais	Totais	19 816	21 199

Contabilista Certificado

Conselho de Administração

X. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal – Contas Consolidadas

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas:

Nos termos da lei, dos estatutos e do mandato que nos conferiram vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório Anual sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e o Parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras consolidadas apresentadas pelo Conselho de Administração da **Oliveira & Irmão, S A**, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

Relatório

1. No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, verificámos que, na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram seguidos os princípios contabilísticos e normas de consolidação aplicáveis.
2. No âmbito das nossas funções executámos, nomeadamente, as seguintes verificações:
 - 2.1 que as Demonstrações Financeiras individuais incluídas na consolidação foram devidamente examinadas, tendo sido obtidos os esclarecimentos julgados convenientes;
 - 2.2 que as operações de consolidação foram adequadamente tratadas;
 - 2.3 que as políticas contabilísticas adotadas foram adequadas e devidamente explicitadas nas notas do Anexo e conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados do Grupo;
 - 2.4 que o Relatório de Gestão sobre as contas consolidadas, preparado de acordo com o Código das Sociedades Comerciais e outra legislação aplicável, é suficientemente esclarecedor, evidenciando os aspetos mais significativos.
3. O Conselho Fiscal seguiu de perto os trabalhos da *Jorge Silva, Neto, Ribeiro & Pinho, Sroc, Lda*, bem como a Certificação Legal das Contas consolidadas pela mesma produzida, que considera que as demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Grupo **Oliveira & Irmão, S.A.** em 31 de Dezembro de 2016, e o resultado consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Parecer

4. Face do exposto no Relatório, tendo em atenção que as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do Conselho de Administração, juntamente com a Certificação Legal das Contas consolidadas que foi emitida sem reservas e com uma ênfase satisfazem as disposições legais e estatutárias, traduzindo a posição financeira e os resultados obtidos pelo Grupo no exercício, e não tendo tomado conhecimento de qualquer violação da lei e dos estatutos somos de parecer que a Assembleia-Geral Anual da Sociedade aprove o Relatório de Gestão, bem como as Demonstrações Financeiras consolidadas, apresentados pelo Conselho de Administração, respeitantes ao exercício de 2016.

Aveiro, 12 de Abril de 2017

O Conselho Fiscal

Eng. João Paulo Araújo Oliveira

-Vogal

Jorge Silva, Neto, Ribeiro & Pinho, Sroc, Lda., representada por

António Rodrigues Neto

-Vogal

XI. Certificação Legal de Contas – Contas Consolidadas

Jorge Silva, Neto, Ribeiro & Pinho, Sroc, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Grupo **Oliveira & Irmão, S.A.**, que compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2016, (que evidencia um total de 65.243.485 euros e um total de capital próprio de 30.482.981 euros, incluindo um resultado líquido de 3.274.971 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira consolidada do Grupo **Oliveira & Irmão, S.A.**, em 31 Dezembro 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das Entidades que constituem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

A Empresa mãe possui duas propriedades de investimento adquiridas recentemente. Tal como consta do ponto 12 do Anexo, a Administração não promoveu a determinação do seu justo valor por entender que, dado o curto período decorrido entre a aquisição das mesmas e a data de referência das demonstrações financeiras e atendendo à estagnação do mercado imobiliário, a haver diferença entre a quantia escriturada e o justo valor das referidas propriedades de investimento, essas diferença não será relevante.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

Jorge Silva, Neto, Ribeiro & Pinho, Sroc, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso

Jorge Silva, Neto, Ribeiro & Pinho, Sroc, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtivemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Aveiro, 12 de Abril de 2017

Jorge Silva, Neto, Ribeiro & Pinho, Sroc, Lda., representada por
António Rodrigues Neto

Inspired by water...



Oliveira & Irmão, S.A.
Travessa de Milão
Esgueira,
3800 - 314 Aveiro, Portugal

T (+351) 234 300 200
F (+351) 234 300 210
www.oli.pt
geral@oli.pt

